



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – CAMPUS SOROCABA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS – CCHB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO – DCHE

GIOVANNA GABRIELA CAVALCANTE DE SOUZA

**A IMPRENSA FEMINISTA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A  
EDUCAÇÃO**

SOROCABA

2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – CAMPUS SOROCABA  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E BIOLÓGICAS – CCHB  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E EDUCAÇÃO – DCHE

GIOVANNA GABRIELA CAVALCANTE DE SOUZA

**A IMPRENSA FEMINISTA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A  
EDUCAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso de  
Licenciatura Plena em Pedagogia da  
Universidade Federal de São Carlos, *campus*  
Sorocaba.

Orientação: Prof.<sup>a</sup>. Dra. Vanda Aparecida da  
Silva.

Sorocaba

2021

## FICHA CATALOGRÁFICA

Souza, Giovanna Gabriela Cavalcante de

A imprensa feminista e suas contribuições para pensar a educação / Giovanna Gabriela Cavalcante de Souza -- 2021.  
58f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus Sorocaba, Sorocaba

Orientador (a): Vanda Aparecida da Silva

Banca Examinadora: Teresa Mary Pires de Castro Melo, Geraldo Tadeu Souza

Bibliografia

1. Mídia. 2. Educação. 3. Feminismo. I. Souza, Giovanna Gabriela Cavalcante de. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

### DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Maria Aparecida de Lourdes Mariano -  
CRB/8 6979

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**GIOVANNA GABRIELA CAVALCANTE DE SOUZA**

**A IMPRENSA FEMINISTA E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA PENSAR A  
EDUCAÇÃO.**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Pedagogia,  
para obtenção de título de licenciatura em Pedagogia plena. Universidade Federal de  
São Carlos *campus* Sorocaba. Sorocaba, junho de 2021.**

Cargo/Função	Nome Completo
Orientador	Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Vanda Aparecida da Silva
Membro da Banca 1	Prof. <sup>o</sup> Dr. <sup>o</sup> Geraldo Tadeu de Souza
Membro da Banca 2	Prof. <sup>a</sup> Dr. <sup>a</sup> Teresa Mary Pires de Castro Melo

Documento assinado eletronicamente por Vanda Aparecida da Silva, Professor(a) Efetivo(a), em 03/12/2021, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por Geraldo Tadeu Souza, Professor(a) Efetivo(a), em 03/12/2021, às 18:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por Teresa Mary Pires de Castro Melo, Servidor(a) Público(a) Federal, em 15/12/2021, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

**Sorocaba, 03 de dezembro de 2021.**

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico esse trabalho à minha mãe e ao meu pai, que me permitiram e apoiaram ser a mulher que sou hoje.*

## AGRADECIMENTOS

*À minha mãe e ao meu pai, que sempre me apoiaram nas minhas diferenças e decisões.*

*Ao meu companheiro Lucas, pelo apoio e amor incondicional.*

*À minha irmã Vitória, pelas observações e chamadas à realidade.*

*À minha querida orientadora Professora Dra. Vanda, minha inspiração, pela compreensão e sensibilidade. Pelo respeito, apoio e dedicação na orientação.*

*Aos professores Dras. Teresa e Geraldo que, além de compor a banca, me incentivaram a pensar fora da caixa e me levaram às reflexões e caminhos inimagináveis.*

*À minha querida amiga Janaina, que tanto me apoiou e incentivou nesses anos da graduação.*

*Aos colegas da turma da Pedagogia 017 com quem compartilhei esses anos de aprendizado.*

*Aos docentes da UFSCar que compartilharam seus conhecimentos e foram essenciais em minha formação.*

*A todos que acreditam no poder transformador da educação.*

“Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.”

(Simone de Beauvoir)

SOUZA, Giovanna Gabriela Cavalcante de. **A imprensa feminista e suas contribuições para pensar a educação**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia Plena) – Universidade Federal de São Carlos, *campus* Sorocaba, Sorocaba, 2021.

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o uso do humor gráfico feminista presente nas tirinhas de Cíça publicadas e divulgadas nos periódicos também feministas “Brasil Mulher”, “Nós Mulheres” e “Mulherio” entre os anos de 1975 e 1987, no contexto de uma ditadura civil e militar além da emergência dos movimentos feministas em sua segunda onda. A partir de charges e tirinhas – entendidas como discursos – que integram esses periódicos, procuro compreender de que modo o humor com uma perspectiva feminista pode ser compreendido e utilizado para a educação de mulheres, que desde seu início - pensando no Brasil colônia - foi autoritário e praticamente inacessível. Ao longo deste trabalho, procuro identificar, através da descrição e análise do humor gráfico presente no cotidiano da personagem “Bia Sabiá”, indícios que demonstrem a potencialidade da mídia feminista como instrumento de educação às mulheres para a tomada de consciência de sua condição humana em uma sociedade patriarcal. A pesquisa, em sua organização metodológica, é de cunho qualitativo, bibliográfico e documental. Vale ressaltar que, utilizando-se do humor e do riso, os periódicos presentes caracterizam-se por uma abordagem particular pelo contexto em que foram publicados e, especialmente, no tratamento de elementos culturais, sociais, políticos e econômicos, assim como a compreensão política dos domínios público e privado.

**Palavras-chave:** Mídia. Educação. Feminismo. Periódicos Feministas. Educação Feminina.



## ABSTRACT

This study aims to analyze the use of feminist graphic humor present in Ciça's comic strips published and released in feminist newspapers "Brasil Mulher", "Nós Mulheres" and "Mulherio" between 1975 and 1987, during a civil and military dictatorship in addition to the emergence of feminist movements in their second wave. Through cartoons and comic strips - understood as discourses - that integrate these periodicals, I try to understand how humor with a feminist perspective can be understood and used for the education of women, who since its beginning - thinking of colony Brazil - was authoritarian and practically inaccessible. Throughout this work, I try to identify, through the description and analysis of the graphic humor present in daily life of the character "Bia Sabiá", indications that demonstrate the potential of the feminist media as an instrument of education for women to become aware of their human condition in a patriarchal society. The research, in its methodological organization, is of a qualitative, bibliographic and documentary nature. It is worth mentioning that, using humor and laughter, the present newspapers are characterized by a particular approach, by the context in which they were published and, especially, in the treatment of cultural, social, political and economic elements, as well as the understanding public and private policy.

**Keywords:** Media. Education. Feminism. Feminist Newspapers. Education for Women.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Bia Sabiá, Ciça. Mulherio, 1981, p. 7	49
FIGURA 2: Bia Sabiá, Feriado, Ciça. Mulherio, nº 0, 1981.	50
FIGURA 3: CIÇA, Brasil Mulher. Edição 11, 1978. p. 11	50
FIGURA 4: Bia Sabiá, Nós Mulheres, 1976.	51
FIGURA 5: Bia Sabiá, Ciça, Nós Mulheres, 1977, p. 8.	51

## **LISTA DE ABREVIACOES E SIGLAS**

AI - Atos Institucionais

PAEG - Plano de Ação Econmica do Governo

PED - Programa Estratégico de Desenvolvimento

MDB - Movimento Democrático Brasileiro

CEB - Comunidades Eclesiais

ONU - Organização das Nações Unidas

FCC - Fundação Carlos Chagas

LBA - Legião Brasileira de Assistência

IUB - Instituto Universal Brasileiro

## SUMÁRIO

Marcos históricos do feminismo no Brasil (Introdução)	13
A Educação das Mulheres no Brasil	18
Contexto Histórico: O Regime Militar no Brasil	22
Mulheres fazendo sua mídia: A imprensa feminista nos anos 1970 e 1980	26
O Humor Gráfico na Imprensa Feminista	31
Mulheres e o Trabalho Fabril	33
Mulheres e o trabalho doméstico	39
O direito à preguiça	44
As contribuições da imprensa feminista para educação	45
Coletânea de tirinhas	49
Considerações Finais	51
Fontes	54
Referências Bibliográficas	54

## **Marcos históricos do feminismo no Brasil (Introdução)**

Os direitos assegurados que são fundamentais à existência de qualquer mulher foram, há algum tempo, lutas que marcaram a trajetória do feminismo no Brasil. Ainda hoje, questões como equidade no mercado de trabalho, inserção na esfera pública, liberdade sexual, direito ao aborto, combate à violência sexual e doméstica, direito à saúde, à liberdade política, à luta contra os estigmas e as hierarquias criadas pelo gênero, revelam a importância deste movimento às questões da atualidade.

Através da observação desta trajetória e também analisando o contexto em que mulheres vivem atualmente, a busca dessa pesquisa foi marcada por levantar algumas referências das manifestações feministas no Brasil, principalmente nas décadas de 1970 e 1980, destacando o papel da mídia feminista produzida por grupos feministas que, através de artigos, charges ou manifestos, foram capazes de elucidar, para algumas mulheres, discussões e visibilidade de questões tão intrínsecas à condição humana da mulher. As experiências vivenciadas por mulheres e diferentes grupos feministas apontavam para a necessidade de criar um discurso próprio - a construção de um pensamento crítico e emancipador - capaz de trazer reflexões e promover mudanças.

Nesse sentido, destaco o papel da mídia enquanto instrumento de educação (LIMA, 2009) para conscientização da mulher no sentido de libertá-la dos papéis impostos pela sociedade, em que o tempo não é mais marcado por tarefas domésticas ou suas demandas do “cuidado” com as pessoas que a cercam, mas por suas livres escolhas em atuar nos domínios público e privado. Pensando na educação de mulheres, os valores e ações exercidas sobre elas, é importante ressaltar que a imprensa feminista foi, e ainda é, um recurso essencial para conscientização e apropriação de conhecimentos e práticas efetivas para a transformação da realidade de mulheres, desde o surgimento dos movimentos feministas até os dias atuais.

Entre os meios possíveis para que essas práticas pudessem acontecer, destaco o Encontro do Movimento das Mulheres no Brasil, realizado no Rio de Janeiro em 1981. As temáticas aqui apontadas eram de destaque na comunicação. As memórias do evento foram reunidas no livro “Mulheres em Movimento”, que discutiu o papel educativo dos meios de comunicação, considerando “não apenas o seu sentido conservador de reprodução da ideologia dominante, mas também, o seu sentido de mudança enquanto focos de resistência e propagadores das novas ideias e valores” (BARSTED, 1983, p. 13).

Em síntese, ao trazer a importância da criação ou (re) criação da mídia, Barsted observa que, durante as décadas de 1970/80, novos espaços surgiram e trouxeram a voz das mulheres a partir de diversas ferramentas como por exemplo, jornais alternativos, revistas, programas de rádio, televisão e cinema e, além disso, algum espaço dentro da grande mídia. Para a autora, “os veículos de comunicação se apresentam inseridos numa estratégia de educação do movimento feminista, de recriação da identidade social da mulher e de resgate de nossa história.” (1983, p. 16).

Pensando na educação de mulheres e nos valores e ações exercidas sobre elas, é importante lembrar que a imprensa feminista foi, e ainda é, um recurso para conscientização e apropriação de conhecimentos e práticas efetivas para a transformação da realidade de mulheres, desde o surgimento dos movimentos feministas até os dias atuais. Esta, esteve entre as principais formas de difusão do feminismo brasileiro na década de 1970.

Diferentes grupos feministas criaram periódicos que, através de diversas problematizações em seus artigos, cartas de leitores, colunas, classificados e charges foram essenciais à educação de mulheres e até os dias atuais são fontes importantes para o estudo do movimento feminista no Brasil. Além disso, nesses jornais há um aspecto interessante para se observar: o humor gráfico que, através da perspectiva feminista e suas pautas, elaborou críticas humoradas às estruturas e instituições responsáveis pela desigualdade entre homens e mulheres.

Vale ressaltar que, entre os periódicos analisados, temos o “Nós Mulheres”, fundado em 1976, que foi pioneiro em, através de seus artigos e charges, utilizar o humor gráfico como ferramenta para problematizar e refletir as pautas feministas. O jornal, declaradamente defensor de um feminismo autônomo, abriu espaço para cartunistas questionarem, por exemplo, as relações das mulheres nos espaços públicos e privados, o trabalho doméstico e suas relações com os homens. Uma das cartunistas de maior destaque da revista foi Ciça, que através de sua personagem Bia Sabiá, trouxe significativas reflexões sobre o que é ser mãe e mulher naquele cenário e infelizmente suas observações e tiradas são ainda muito atuais.

Para tornar o feminismo autônomo acessível, as organizadoras do “Nós Mulheres” procuraram inovar em termos linguísticos. Se a imprensa alternativa da época, principalmente dos partidos e organizações de esquerda, era caracterizada pelo uso de uma linguagem bastante rigorosa em termos de norma e ortografia, caracterizados por serem diretos e objetivos, o jornal aqui analisado, priorizava a construção de textos brandos, agradáveis e bem-humorados, o que requeria o uso do humor gráfico como instrumento de

comunicação. A primeira coluna de humor foi publicada no número 4, de março-abril de 1977. O texto intitulado "O Humor de Nós Mulheres" ressalta a importância de uma coluna "alegre" e a necessidade de dar visibilidade aos cartunistas brasileiros.

Outro periódico de destaque foi o "Mulherio". Lançado em março de 1981, surgiu como um boletim provisório criado por Fúlvia Rosemberg e editado pela jornalista Adélia Borges. O periódico também pode sintetizar os debates dos feminismos do Brasil para suprir a deficiência de informações sobre as temáticas de gênero. Além disso, observou-se que o jornal poderia ser um importante instrumento para os que "[...] sentem falta não só de um canal onde possam trocar suas experiências, mas também onde encontrem resultados de pesquisas sólidas capazes de orientar suas atividades práticas".<sup>1</sup>

O editorial também explica o objetivo do nome do periódico, que, além de problematizar os estigmas do termo mulher, também ressignifica o termo "mulherio", sinônimo de "histeria, fofoca, gritaria". Esses estigmas eram vistos como intrínsecos à "natureza feminina". A partir dessas problematizações, o periódico trazia as primeiras críticas aos essencialismos de gênero institucionalizados nessa sociedade.

Além disso, "Mulherio" trouxe um cenário diferenciado comparado a outros periódicos, principalmente pensando em sua produção e publicação de humor gráfico feminista, tanto para cartunistas mulheres quanto para homens. A cartunista Ciça, escolhida para este trabalho, criou várias tirinhas em ambos periódicos que foram de grande notoriedade e até os dias atuais podem ser problematizadas e debatidas.

Em seu trabalho, Ciça apropriou-se do domínio privado, do individual e cotidiano, para pontuar como o indivíduo social atravessa e marca o espaço privado. Através do humor com sua família de pássaros, não ri do dia a dia doméstico de Bia, mas acentua o estigma de gênero das mulheres e a injustiça da situação vivida por elas. Ela questiona os estigmas e os essencialismos de gênero. O recurso dos personagens animais e a simplicidade das situações demonstra, ainda, as intenções pedagógicas da cartunista. Segundo Crescêncio *apud* Ciça(2018):

Eu acho o humor didático, sem ser didático [...] Eu acho o humor uma dádiva. O humor é sempre contra, ele é sempre contra alguma coisa. Contanto que não seja contra o outro, rir da desgraça alheia. Em alemão tem até uma palavra pra isso, o prazer de ver o outro sofrer: "schadenfreude". Isso eu acho horrível, mas você mostrar como aquela atitude, aquela coisa [que não é] harmoniosa, que ela teria que ser diferente, isso eu acho didático, sem ser didático.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> Editorial, Mulherio, Ano I. n.0, março de 1981, p. 1.

<sup>2</sup> CRESCENCIO, Cintia Lima. "O humor mostra... como as coisas não devem ser": uma entrevista com Ciça.

Refletindo sobre o humor, observa-se que essa é uma habilidade da oralidade e da escrita em que o sujeito toma um lugar assertivo que, ao usá-la, o riso provocado pode gerar uma resposta a seu interlocutor e, em certa medida, afetar diretamente essa pessoa. Ao observar o humor em nossa realidade é muito comum que esse seja relacionado aos homens, que são considerados socialmente como ativos e possuem um “senso de humor”, já as mulheres, normalmente assumem um papel passivo, e são atribuídas a mais um estigma e essencialismo de gênero: sem senso de humor.

Neste trabalho, será realizada a análise de tirinhas publicadas entre os anos de 1976 e 1985 em dois periódicos - o “Nós Mulheres” e o “Mulherio” - que apresentaram pontos em comum em suas abordagens: a cada nova tira podemos observar as dores e angústias das mulheres, dentro de casa, com seus maridos e filhos. Nos primeiros editoriais analisados, o “Nós Mulheres”, temos Bia Sabiá, personagem criada especialmente para as publicações de temática feminista e que tem como possível antagonista Heitor, o marido de Bia. As personagens aqui utilizadas são de animais - aves - que mostram as contradições de Heitor, simbolizando os homens da sociedade e, além disso, escancara o papel de gênero da mulher dentro de uma casa, tratando com humor da dupla jornada e da total falta de consciência desses papéis pelos homens. Esses periódicos traziam com leveza uma temática cotidiana que interessava não apenas feministas, mas todas as mulheres: o trabalho doméstico e o fabril.

Um dos maiores desafios dessa pesquisa é lidar com o fato de que as tirinhas criadas por Ciça ainda são muito atuais. Quarenta e cinco anos se passaram e, apesar da mobilização das mulheres em movimentos sociais, reivindicações por trabalho, creche e escolas (FINCO, GOBBI, GOULART, 2015), o domínio privado ainda continua sendo opressor. Há creches para as crianças, visibilidade no mercado de trabalho - apesar da diferença salarial equiparada aos homens - mas, quando se chega em casa após um longo dia de trabalho, ainda precisamos passar, recolher, cozinhar. Os marcadores de tempo restringem-se nas tarefas por fazer. O trabalho doméstico não é remunerado e, por esse mesmo motivo, não é valorizado. O trabalho que ninguém quer fazer, e a mulher o toma como seu. Quantas vezes, nas festas de fim de ano, podemos observar mulheres preparando as refeições e os homens, deitados ou em volta de uma mesa de baralho. Feriado? É sempre para os homens. Em casa, as mulheres preparam o almoço e o jantar junto às filhas. Pais e filhos sentam-se no sofá para assistir futebol ou jogar videogame.

O fato dessa jornada existir por mais de 40 anos é questionável, pois apesar de tantas mobilizações e tratamento com esses temas, a maior parte das mulheres continuam



passando pelas mesmas situações. Os jornais das esquerdas da época como o “Pasquim”, que, apesar de progressista pelos direitos dos trabalhadores e dos artistas, não vislumbravam o movimento feminista ou o acesso democrático das informações. Um ponto em destaque dos periódicos feministas da época reside no fato de que suas idealizadoras procuraram inovar em termos de linguagem. Se a imprensa alternativa como um todo, mas principalmente dos partidos e organizações de esquerda, faziam uso de uma linguagem bastante rigorosa e tradicional, os periódicos aqui explorados focam na construção de narrativas simples, marcadas pelo humor. Os textos são rápidos e claros.

Nesse sentido, o humor gráfico apresenta-se como importante ferramenta. Umberto Eco aponta o humor como forma de enfraquecer os limites por dentro, um movimento de libertação, ele nos lembra da lei que não temos razão de obedecer (2011, p.8). Bia Sabiá, personagem do humor gráfico de Ciça, traz à lembrança das estruturas sociais que constantemente atuam na desvalorização dos papéis da mulher; aquela que nos tornamos, mas não nascemos. Dessa forma, o humor de Ciça é essencial, pois é capaz de trazer reflexões para as leitoras - e quem sabe, leitores - através da empatia e da identificação: Que mulher nunca vivenciou uma de suas ilustrações? O humor gráfico feminista de Ciça traz reflexões dos domínios público e privado e como o último não é exatamente pessoal, mas político. Além disso, utiliza-se do humor subversivo para gerar desconforto, proporcionando um espaço para reflexão e possível transformação dos papéis desempenhados por suas leitoras nos domínios público e privado. Ciça faz refletir e educa, através de uma família de pássaros *super* convencionais a partir de um discurso que, uma vez, fora negado às mulheres.

Em síntese, para Nancy Walker (1988), o discurso negado às mulheres de humor é o mesmo que, há tempos, – principalmente durante o século XIX – questionou sua capacidade intelectual com base em argumentos de clérigos, de cientistas e filósofos. Associando essa inteligência ao senso de humor, ficam claros na medida em que discursos como —[...] quem nega a mulher o senso de humor também nega seu senso de capacidade lógica. Portanto, este é mais um lugar em que a mulher precisa lutar contra as verdades instituídas socialmente e que constituem as suas vivências cotidianas. Este é mais um estigma de gênero que precisa ser desconstruído e problematizado a partir de referências confiáveis e práticas concretas.

## A Educação das Mulheres no Brasil

Ao analisarmos a condição das mulheres em educação, no Brasil, podemos observar que, historicamente, foi negada a elas uma educação integral e de qualidade, aquilo que os homens tinham acesso não se igualava às mulheres e isso foi “normalizado” com o passar do tempo. Para mulheres, formações como religião, costura, etiqueta que segundo Saffioti (1976, p.39) surgem com a vinda da corte portuguesa ao Brasil “... tratava-se, na época, de senhoras portuguesas e francesas ensinando costura e bordado, religião e rudimentos de aritmética e de língua nacional às moças que recebiam em suas casas como pensionistas” além de outras características inerentes para o cuidado do lar, filhos e marido, mostrando claramente que para elas, não existiam fronteiras entre os domínios público e privado.

Mulheres que, de alguma forma, buscassem conhecimento diferente daquele “natural” à sua condição de mulher eram tidas como imorais, rebeldes ou até mesmo históricas. Tal fato reforça que, desde sua condição de colônia, o Brasil tem uma construção histórica que o papel social da mulher é cuidar de casa e da família. Segundo Saffioti (1976, p. 40):

Nos inícios do capitalismo, a mulher da pequena burguesia encontrava-se diante de alternativas pouco promissoras ou resignar-se à perda de função econômica, permanecendo no lar, ou aceitar as poucas oportunidades que se lhe abriam no mercado de trabalho — ser costureira ou preceptora de crianças — ocupações que, além de mal remuneradas, implicam em desprestígio de classe.

Ribeiro (2003) aponta que “Durante 322 anos – de 1500 a 1822 –, período em que o Brasil foi colônia de Portugal, a educação feminina ficou geralmente restrita aos cuidados com a casa, o marido e os filhos” (p. 79). Nessa época, apenas os homens colonos ou indígenas - que aprendiam com os jesuítas - tinham direito à educação. Nesse sentido, pergunta-se: qual era a condição das mulheres de classes mais abastadas?

As mulheres brancas, ricas ou pobres não tinham o direito de receber educação alguma, pois seu dever era com a família: lavar e passar, cozinhar, cuidar e ser uma boa esposa. Essas eram tarefas esperadas deste gênero. Para as mulheres mais oprimidas, sendo elas negras e indígenas, eram além de tudo, impedidas para a prática da leitura e da escrita, e muitas vezes, sob uma justificativa biológica. Sobre tal fato, Davis (2016) aponta:

De acordo com a ideologia dominante, a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade,

naturalmente inferiores quando comparadas ao epitome branco da humanidade. Mas, se fossem realmente inferiores em termos biológicos, as pessoas negras nunca teriam manifestado desejo nem capacidade de adquirir conhecimento. Portanto, não teria sido necessário proibi-las de aprender. Na realidade, é claro, a população negra sempre demonstrou uma impaciência feroz no que se refere à aquisição de educação. (DAVIS, 2016, p.109)

Em 1549, com a chegada dos jesuítas aos portos brasileiros, várias escolas e colégios foram criados com o objetivo de catequizar, isto é, propagar o cristianismo no Brasil. E aqui destacamos, as mulheres, tiveram sua educação restrita às práticas de cuidados ao lar, igreja e marido. Sobre essa forma de educação Saffioti (2013) destaca que nem a própria língua materna as mulheres dominavam com facilidade, na verdade, “[...] na civilização portuguesa não havia lugar para instrução feminina, considerada verdadeira “heresia social”. O ideal de educação feminina circunscrevia-se exclusivamente a prendas domésticas.” (SAFFIOTI, 2013, p. 269). Nesse contexto, a mulher era definida como inferior ao homem, e seus pensamentos, ideias e ações eram monitoradas e controladas pelos homens que aqui eram representados por instituições como a Igreja, o pai e o marido. Oprimidas e subjugadas, além de levadas a reprimir seus desejos de conhecer, refletir, criar. No Brasil colônia “o sexo feminino fazia parte do *imbecilitos sexs*, ou sexo imbecil. Uma categoria à qual pertenciam mulheres, crianças e doentes mentais.” (RIBEIRO, 2000, p.79)

Ao menor acesso ao conhecimento, as mulheres eram controladas, suprimidas, contidas nas pequenas manifestações, até mesmo no ensino de uma letra, como destacado no trecho a seguir:

Existia também, um abecedário moral que continha em cada letra o padrão de comportamento feminino socialmente desejado, que fora difundido na época, dedicado às mulheres que pretendiam aprender a ler, por exemplo: “a letra A significativa que a mulher deveria ser amiga de sua casa, H humilde a seu marido, M mansa, Q quieta, R regrada, S sizada, entre outros”. Portanto, era essa a mentalidade expressa nesse período em relação à instrução feminina (TOMÉ; QUADROS; MACHADO, 2012. p. 3 apud RIBEIRO, 2000, p. 79- 80).

Pensando no período colonial, em teoria, o abecedário seria o suficiente às mulheres. No entanto, ao longo da historiografia deste país, encontramos mulheres que tiveram suas heranças e fortunas surrupiadas por homens; seus maridos. Nesse sentido, Saffioti (2013, p. 270) afirma: "O desconhecimento das técnicas elementares da cultura por parte das mulheres, além de restringir-lhes sobretudo a participação cultural, punha em risco sua própria estabilidade econômica. Houveram casos em que, por não saberem ler, viram-se lesadas em suas fortunas em benefício de um estranho.”

A colônia portuguesa pouco, ou quase nada, tinha a oferecer às meninas, inclusive escolas. Para elas, apenas os conventos estavam disponíveis para sua instrução já que qualquer outro tipo de conhecimento fora deste espaço era-lhe negado. O primeiro convento do Brasil foi fundado na Bahia em 1678 pelas irmãs Clarissas de Évora e, somente no século XVIII surgiram outros conventos. No entanto, aqui vale ressaltar que o número de mulheres que buscavam essa instituição era pequeno.

No século XIX, o governo passou a atrapalhar a abertura de novos conventos, declarando que existia uma ameaça de que não haveria novos colonos e, dessa forma, a educação das mulheres se apresentou mais uma vez em favor dos interesses e necessidade dos homens. Em busca do povoamento da maior colônia portuguesa, o governo regente decidiu que a educação para mulheres deveria existir sob a condição de educandas e não freiras. Neste contexto, com a chegada da corte no Brasil, a educação das mulheres melhorou pontualmente. Alguns colégios laicos - sem a intervenção da Igreja - foram criados. Aqui, vale ressaltar que o objetivo de educação das mulheres não mudou. Por mais que estivessem inseridas em colégios, o objetivo principal dessas instituições era ensinar a costurar, bordar, cozinhar, cuidar de filhos e instruções para casamento e marido.

Em julho de 1822, o então imperador do Brasil, D. Pedro I fez uma convocação para uma assembleia constituinte que tinha como objetivo elaborar uma Constituição para um novo Estado. Em 1823 essa mesma assembleia foi dissolvida e a constituição outorgada em março de 1824 por D. Pedro I. Nessa constituição, nada muda para a educação feminina. Para a educação, em 1827 foi assinado um projeto de lei pelos deputados Januário e Cunha Barbosa, José Cardoso Pereira e Antônio Ferreira França visava a organização de um ensino primário, na qual iriam se estabelecer em cidades e vilas, escolas de primeiras letras por todo o Brasil, já na condição de país.

As mulheres, nesse período, assumiriam a condição de professoras de meninas para instruções voltadas às funções do lar, maternais, em que lógica, ciência e geografia e até mesmo as quatro operações básicas da matemática foram-lhe negadas.

A realidade brasileira frustrava, assim, a aplicação do primeiro plano de educação feminina, o qual oferecia à mulher o mínimo em matéria de instrução. Na verdade, a lei de 1827 constituía um verdadeiro instrumento de discriminação dos sexos. Embora fosse a primeira legislação concedendo à mulher o direito de instrução, e daí constituir um marco histórico, só admitia as meninas nas escolas de primeiro grau, ou seja, nas pedagogias, reservando os níveis mais altos – liceus, ginásios e academias – para a população masculina. (SAFFIOTI, 2013, p. 275).

Nesse sentido, as mulheres assumiram um papel na sociedade e especialmente, as professoras, apesar de lecionar, os presidentes das províncias queriam que elas se dedicassem a trabalhos do lar, com linhas e agulhas. Durante muito tempo essa foi a única profissão que as mulheres poderiam assumir: o magistério. Sem perspectivas diferentes, as mulheres não saíam do primário e, ao longo dos anos, essa profissão foi considerada feminina. Em 1934 as assembleias legislativas já tinham o direito de legislar a formação do povo de maneira que a educação secundária e superior ficava a cargo da União.

O autoritarismo e a rejeição das mulheres nos espaços mais avançados de educação perduraram até o século XX. Enquanto isso, a escola secundária preparava os homens ao ensino superior em carreiras cheias de prestígio, como direito, medicina e engenharia. As mulheres, por sua vez, continuavam presas ao ensino primário em que, suas práticas educativas eram voltadas ao cuidado no domínio privado: o lar e o casamento. Vale ressaltar que, esse papel era defendido em nome da moral e da preservação da família. Apesar de, nessa época, poderem frequentar o ensino superior, eram consideradas práticas imorais e os currículos ainda precisavam ser equiparados.

É, no Brasil de então, pelo menos no ensino superior oficial, a educação estava seriamente comprometida, teórica e praticamente, com a Igreja. Eis por que o ensino superior brasileiro se constituía num dos focos mais resistentes de conservadorismo, desconhecendo a função de centro irradiador de novas doutrinas e idéias que tanta importância teriam para a evolução do país nas duas últimas décadas do Império. (SAFFIOTI, 2013, p. 294).

Além disso, neste período, vale lembrar que a igreja católica passou por uma crise intensa com a instauração do Estado e ensino laico no Brasil, deixando de ser obrigatório o ensino religioso, no entanto, sua influência, poder e controle com as mulheres ainda era presente e se perpetuou intensamente até a década de 1940. Ali, já na Era Vargas, um novo sistema de educação foi criado. Conhecido como escola nova, esse sistema passou a abranger novas tendências pedagógicas e metodologias, no entanto a trajetória da mulher continuava sob forte influência do patriarcado e seus interesses.

No período em que sucedeu a tomada do poder pelos militares (1964), o campo educacional foi alvo de inúmeros ataques do governo, a começar pelos investimentos em educação, que era extremamente baixo e todo o conteúdo e manifestações controlados rigorosamente pelo governo. Nesse período, a educação das mulheres foi, mais uma vez, dificultada pelo Estado e seus mecanismos de controle e censura. No entanto, ao final do regime militar instaurado no país, já na Nova República (a partir de 1985), o Brasil apresentou melhorias consideráveis no sistema educacional, de maneira geral, entretanto

essas melhorias eram reflexos das necessidades do mercado - que passava por um processo de industrialização - e necessitava de mão de obra qualificada, barata e assalariada. Neste processo, as desigualdades sociais ficaram ainda mais discrepantes.

Ao longo do processo histórico descrito até aqui, inúmeras mulheres lutaram pelo direito à educação e o ingresso ao ensino superior. Muitas delas, foram esquecidas pela história e pelos cursos de formação em educação, mulheres como Nísia Floresta<sup>3</sup>, educadora e considerada uma das precursoras do feminismo brasileiro e fundadora de duas escolas para mulheres, mais recentemente Êda Luiz<sup>4</sup> que lutou por um modelo de educação democrática e Mariazinha Fusari que elaborou projetos de pesquisa em comunicação e educação na Universidade de São Paulo.

Sempre houve resistência, sempre haverá. Ao longo da história, podemos observar mudanças graduais na educação feminina e os limites impostos pela cultura patriarcal, além dos problemas estruturais do ensino público e a influência da igreja no Brasil. Neste trabalho, iremos compreender melhor algumas vias de resistência como a imprensa, a leitura e humor como instrumentos de luta e educação de mulheres durante as décadas de 1970/1980, através de uma análise do contexto histórico seguido da análise dos discursos presentes nos periódicos da época.

### **Contexto Histórico: O Regime Militar no Brasil**

Para falar do feminismo nas décadas de 1970 e 1980 inicialmente é preciso falar sobre a tomada do poder pelos militares que ocorreu no Brasil em 1964. Tal ação, derrubou o então presidente da república João Goulart e deu início a um período longínquo de autoritarismo e repressão, apresentando um cenário de ausência democrática. Vale ressaltar que este fato foi apoiado por grupos de oposição política, empresários e o governo dos Estados Unidos da América (EUA).

Neste mesmo ano, no mês de abril, o general Castelo Branco, militar nacionalista, assume o governo de forma provisória e assegura que eleições indiretas seriam realizadas à

---

<sup>3</sup> Segundo DUARTE (1997, p.1) “Nísia Floresta deve ter sido uma das primeiras mulheres no Brasil a romper os limites do espaço privado e a publicar textos em jornais da chamada grande imprensa. [...] Seu nome até hoje não costuma ser citado em na história da Literatura Brasileira como escritora romântica e muito menos na História da Educação feminina, como educadora.”

<sup>4</sup> Edá Luiz, 72 anos, teve 50 anos de trajetória como educadora. Hoje é diretora e referência por seu modelo de escola denocrática no CIEJA (Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos) no Campo Limpo, São Paulo. Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/reportagens-especiais/causadores-eda-luiz/#page5>. Acesso em: 28/04/2021

presidência. Apesar das promessas, Castelo Branco colocou em prática um regime autoritário conduzido pelos Atos Institucionais (AI)<sup>5</sup>. Por meio dessas medidas, foram cassados mandatos políticos, vários partidos foram extintos, extinguindo de fato, o fim do regime democrático. Neste meio tempo, várias perseguições, prisões e torturas aconteceram aos opositores políticos e civis, especialmente ligados à esquerda.

O cenário se agrava quando Costa e Silva assume a presidência da república em 1966. Por meio do AI-5, concede plenos poderes ao poder executivo; o presidente da República. Além disso, instituiu a censura e a intervenção em órgãos da Federação e o possível fechamento do Congresso. Após sua morte, Médici, caracterizado por ser parte de uma das linhas mais “duras” das Forças Armadas, assume a presidência do Brasil em 1969 e aumenta a incidência das práticas de opressão do Estado, como sequestros, torturas, prisões e até o desaparecimento daqueles que faziam parte da oposição. Vários civis, militantes e políticos foram mortos e, ainda hoje, não se sabe o paradeiro de muitos. O período do regime militar trouxe marcas profundas à política no Brasil.

Vale ressaltar que, apesar de o golpe ter acontecido com o apoio das elites e do governo dos EUA, as ações adotadas pelos militares não atenderam seus interesses, isto é, não possuíam práticas econômicas neoliberais. Em crise econômica severa, os militares adotaram medidas de recessão, para conter a inflação e o déficit público e que foram sintetizadas no Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)<sup>6</sup>. Além disso, foi proibido o direito à greve e instituído um reajuste salarial em que a inflação seria a base. O salário deveria ser menor do que esta. Tais medidas não foram capazes de sustentar um crescimento econômico do país e desagradaram seus principais colaboradores.

Como medida para remediar esse cenário, em 1967 o economista Delfim Neto foi nomeado para dirigir o plano econômico do país. Em 1968, lançou o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED)<sup>7</sup>, que incentivou o consumo e o investimento público, semelhante às políticas adotadas pelos EUA. Os efeitos do crescimento foram visíveis anos depois, no início da década de 1970, trazendo a crença do que foi chamado o “milagre econômico”. No

---

<sup>5</sup> Diretrizes criadas entre 1964 a 1969. Foram geridas pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional.

<sup>6</sup> Primeiro plano econômico criado pelo governo brasileiro após a tomada do poder pelos militares em 1964.

<sup>7</sup> Programa econômico criado para os anos 1968-1970. Elaborado e implementado pelo ministro da Fazenda Antônio Delfim Neto, buscava definir uma nova estratégia de desenvolvimento econômico e social para o país.

entanto, o crescimento econômico do Brasil coincidiu com a crise do petróleo – que eclodiu em 1973 – e na alta inflacionária que impactou as relações de importações e exportações e consequentemente, na alta de preços dos produtos básicos, fazendo com que novamente o Brasil entrasse em declive econômico.

Esse momento trouxe impactos às esferas políticas e sociais. Em 1974, o general Ernesto Geisel assumiu a presidência, o que deu início a um processo “lento e gradual” à transição democrática. Esse evento possibilitou que o único grupo de oposição, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), conseguisse aumentar sua representação na Câmara e no Senado e, além disso, Geisel continuou com as políticas de desenvolvimento do país, fazendo alguns ajustes que mais uma vez, mudou o cotidiano das pessoas: a inflação aumentava e o consumo diminuía. Uma das esferas que começaram a ter alguma visibilidade neste período foi a das mulheres.

Os primeiros grupos organizados apareceram nas periferias das grandes cidades em 1973 e procuravam formas para enfrentar as grandes recessões trazidas pela crise. As reuniões aconteciam principalmente em grupos como os chamados “Clubes das Mães” que, em sua maioria, eram apoiados por comunidades religiosas locais, como por exemplo as Comunidades Eclesiais (CEB)<sup>8</sup>. É possível dizer que as primeiras reivindicações surgiram de mulheres que assumindo seu papel no domínio privado, como mães ou esposas, tentaram se organizar para compreender e articular soluções aos fenômenos cotidianos como a falta de vagas em creches ou no mercado de trabalho. Nesse sentido, Alvarez (1988, p. 324) pontua:

Como “esposas, mães e educadoras” da família e da comunidade, as mulheres das classes trabalhadoras estão entre as mais significativamente afetadas pelo arrocho salarial, elevação do custo de vida, cortes na Previdência Social, na educação, etc. Foram as mulheres das classes populares que primeiro se rebelaram pelo “direito” de alimentar suas famílias, de ter escolas para as crianças e uma vida decente. E foi a maternidade como instituição social e, não um “instinto natural”, que motivou as mulheres a exigirem o paradeiro de seus filhos “desaparecidos”, disseminando assim o movimento dos direitos humanos no Brasil e em outros países da América Latina.

Simultaneamente às mudanças políticas que aconteciam no Brasil, em 1975 a Organização das Nações Unidas (ONU) decretou o Ano Internacional da Mulher, momento em que países promoveriam ações para erradicar as desigualdades de gênero. Alvarez (1988) observa que, neste contexto, Geisel sentiu-se pressionado a responder aos apelos das Nações Unidas e,

---

<sup>8</sup> Disseminadas principalmente entre os anos 1970 e 80 na América Latina e no Brasil, essas comunidades eram inclusivistas ligadas principalmente à Igreja Católica, tendo como base a Teologia da Libertação.



assim “[...] permitiu que as mulheres brasileiras organizassem encontros, conferências e passeatas em comemoração ao Dia Internacional da Mulher”. A partir deste contexto, os desdobramentos das reivindicações feministas aumentam, aparecendo nas ruas das principais capitais brasileiras, além de possibilitar espaços aos periódicos que tornaram públicas as reivindicações políticas das mulheres, problematizando as principais questões de gênero a partir do humor gráfico, por exemplo.

## **Mulheres fazendo sua mídia: A imprensa feminista nos anos 1970 e 1980**

As décadas de 1960 e 1970 são aquelas que marcam a historiografia do movimento feminista em vários países, inclusive no Brasil. Neste país, principalmente na década de 1970, a questão da mulher foi lançada por movimentos sociais organizados com repercussão significativa na sociedade. Além disso, formaram-se grupos e jornais feministas contra a ditadura militar.

Nesse sentido, pode-se dizer que a maior parte das feministas de esquerda da época vieram da esquerda organizada. Como questão central para a atuação política estava em pauta a questão do feminismo, desigualdade social e a luta democrática. Segundo Cardoso (2004), a imprensa feminista reflete o projeto do movimento feminista brasileiro. Sua primeira geração, de 1974 a 1980, foi marcada por uma linha editorial voltada para as questões de classe e para as diferenças sociais. A partir da década de 1980, o tom da imprensa adquire novas características com maior ênfase em temas específicos da mulher e uma tendência em se especializar em assuntos específicos sobre a questão da mulher na sociedade civil. Podemos observar tais mudanças em linhas editoriais como o "Mulherio", por exemplo.

Além disso, para Araújo (2000), os jornais feministas além de ser porta-vozes do grupo de mulheres feministas também era responsável por organizar suas militantes e sua formação política. A principal característica desses jornais durante a década de 1970 era que “afirmava a especificidade da luta feminista, mas procurava articulá-la com a luta mais geral da sociedade brasileira contra a ditadura militar. Insista na especificidade e não na autonomia.” ARAÚJO (2000, p.160)

A imprensa feminista, no Brasil, parte justamente da necessidade de se instaurar diálogo e provocar mudanças que o movimento feminista busca seu fortalecimento e representatividade, organizando-se de forma mais sistemática, levando desde bandeiras mais específicas à resistência ao período de ditadura militar no Brasil. Nesse período, sua atuação foi uma importante aliada à conscientização de diferentes segmentos da sociedade civil. Surgem então, as publicações do movimento feminista, marcada por discussões como trabalho feminino, participação política, liberdade sexual, igualdade de direitos, aborto, políticas públicas para mulheres, violência doméstica e sexual, entre outras.

Nesse período, observa-se a necessidade de que as mulheres criassem um discurso próprio, capaz de questionar as ordens estabelecidas pelo sistema político e econômico vigente e promover mudanças. Em agosto de 1981, no Rio de Janeiro, no Encontro do Movimento das Mulheres no Brasil, entre as temáticas discutidas que ganhava

destaque era a comunicação. O evento, trazido no livro “Mulheres em Movimento”, discutiu o papel educativo dos meios de comunicação, considerando que “não apenas o seu sentido conservador de reprodução da ideologia dominante, mas também, o seu sentido de mudança enquanto focos de resistência e propagadores das novas ideias e valores” (BARSTED, 1983, p.13)

Ao tratar a importância da criação ou reapropriação da mídia, Leila Barsted observa que durante a década de 1970 novos espaços foram surgindo para a escuta das questões trazidas pelas mulheres, trazendo sua voz a meios variados como revistas, jornais alternativos, rádio, televisão, cinema e até um espaço dentro da grande imprensa. Para ela, “os veículos de comunicação se apresentam inseridos numa estratégia de educação do movimento feminista, de recriação da identidade social da mulher e de resgate de nossa história.” (1983, p.16)

Conforme descrita na seção anterior, dentre os periódicos da imprensa alternativa que contém tirinhas da Ciça e serão analisados nesse trabalho estão os jornais “Brasil Mulher” (1975-1979), “Nós Mulheres (1976-1978) e “Mulherio” (1981-1987), que contribuíram significativamente para os debates em torno dos domínios público e privado e a diferença entre os sexos trazidas neles. Dessa forma, o movimento feminista na medida em que se constitui como um espaço de resistência e luta em defesa das mulheres, passa também a construir em suas ações práticas relacionadas aos processos midiáticos.

Nesse sentido, para entender melhor a dinâmica da comunicação dos grupos feministas através da imprensa alternativa, traz-se editoriais publicados nas primeiras edições dos jornais trabalhados nessa pesquisa em que o comprometimento com as causas se manifesta. No caso do jornal “Brasil Mulher”, o destaque é o discurso da igualdade e das causas democráticas, que não apenas representam as mulheres como também os homens, dado o momento histórico em que se vivencia.

“Não é o jornal da mulher. Seu objetivo é ser mais uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida. Trabalho que se destina a homens e mulheres. Não desejamos nos amparar nas diferenças biológicas para desfrutar de pequenos favores masculinos, ao mesmo tempo que o Estado, constituído de forma masculina, deixa-nos um lugar só comparado ao que é destinado por incapacidade de participação do débil mental. Queremos falar dos problemas que são comuns a todas as mulheres do mundo. Queremos falar também das soluções encontradas aqui e em lugares distantes: no entanto, queremos discuti-las em função de nossa realidade brasileira e latino-americana. (...) Finalmente, o Brasil Mulher deseja incorporar-se à imprensa democrática que, em meio às batalhas, o Brasil vê surgir. Teremos um número mensal e a sustentação desta proposta de comunicação depende unicamente da participação daqueles que com ela se identificarem.” (Brasil Mulher, ano 1, n. 0, 9 de outubro de 1975, p. 2)

O periódico “Nós Mulheres”, fundado em 1976 por estudantes, acadêmicas e exiladas, por outro lado, defendia a autonomia do movimento, se assumindo feminista e criticando duramente o aparelhismo e a tutela, rejeitando qualquer dupla militância em organizações de esquerda, embora tenha sido um jornal aliado às demandas da esquerda. Para Amelinha Teles e Rosalina Leite, as tirinhas de Ciça e outras cartunistas publicadas no periódico são um fenômeno marcante, principalmente pela raridade das mulheres nesse meio (2013, p. 63). Aqui vale ressaltar que o periódico anterior não tinha foco no humor gráfico, ou mesmo na linguagem de uma forma mais simples, direta e humorada, apesar de também utilizar charges, cartuns e quadrinhos, principalmente para formação de base.

Nesse sentido, buscando trazer um feminismo acessível e autônomo, as integrantes do “Nós Mulheres” procuraram trazer inovações, principalmente em termos de linguagem. Se a imprensa alternativa de maneira geral fazia uso de uma linguagem rígida, direta, o jornal procurou explorar a construção de textos “leves”, o que possibilitou a utilização do humor gráfico como ferramenta. Entre março e abril de 1977, na edição número 4, houve a estreia da coluna de humor. Intitulada “O Humor de Nós Mulheres”, ressalta a importância do humor para trazer uma coluna “alegre” e a necessidade de dar visibilidade aos cartunistas brasileiros, principalmente às mulheres, raras nesse segmento. Segundo a coluna, “entre eles há elas”.

O nosso objetivo é criar uma página de humor dentro do nosso jornal, contínua, e, obviamente, alegre embora nem sempre o humor seja alegre. Os cartunistas brasileiros são excelente (sic), mas devido ao mercado estreito e solapado pelo similar estrangeiro (sic), em concorrência francamente desleal (“cobra preço de banana”) não tem tido muitas oportunidades de explorar seu potencial, fundamental na criação de uma cultura num país como este nosso; daí que, quantos mais páginas, revistas, livros de humor brasileiro, do povo brasileiro, melhor. Bom, dentre os conhecidos humoristas brasileiros, existem mulheres cujo trabalho de alto nível, colecionamos para iniciar esta série. Começamos com Wilde Weber, que nos contará sua experiência, já que pioneira (Nós Mulheres, 1977, p. 9).

Ao trazer um periódico marcado por tirinhas de humor e uma linguagem mais simples e alegre, o “Nós Mulheres” consegue trazer temas que até então considerados tabu na sociedade de maneira mais “leve” como a questão do aborto, sexualidade, que geraram discussões fundamentais para um feminismo que, no Brasil, via-se em constante conflito com as esquerdas da época, que encontraram significativa resistência para existir de maneira transformadora.

Ainda que houvesse discussões do caráter político da vida privada é possível que as integrantes do jornal tenham trazido um assunto que interessasse todas as mulheres para abrir caminhos de debates e discussões. Explorando principalmente a questão do trabalho doméstico que gera empatia em grande parte das mulheres, “Nós Mulheres” procurou construir um espaço de identificação instantânea de mulheres que poderiam ser separadas por questões de classe, por exemplo.

Aqui, fica uma ressalva em relação a esse editorial. É importante observar que, questões de raça, ou os privilégios da branquitude e mulheres das classes dominantes não foram trabalhadas em suas oito edições publicadas. Mesmo se reconhecendo o privilégio das mulheres de classes mais abastadas poderem contar com as mulheres, em sua maioria negras e classes mais baixas, para suas atribuições domésticas, o jornal não problematiza tal fato. Nesse sentido, bell hooks (2017, p. 147) destaca, dentro da realidade estadunidense, o medo e a raiva que atravessam as relações entre empregadas negras e patroas brancas, mostrando que o debate em relação ao racismo e aos privilégios são essenciais para compor editoriais da época e até os dias atuais.

Dentre os jornais trazidos nesta pesquisa, o que teve maior tempo de circulação foi o "Mulherio". O periódico fundado em 1976 teve incentivo da ONU (Organização das Nações Unidas) via Fundação Carlos Chagas (FCC) e com apoio da Fundação Ford. Aqui vale ressaltar que o caráter aparente do periódico era academicista desde sua primeira edição, marcado por assuntos sérios dentro das pautas do feminismo, mas que eram tratados com humor e sensatez, buscando uma abordagem mais leve para trazer questões.

Aqui faz-se destaque em sua linguagem. Apesar de aparentemente mais acadêmico, o periódico buscou criar uma abordagem diferenciada para se comunicar com suas leitoras que, em grande parte, eram mulheres trabalhadoras e de classe média. Além disso, outros recursos de linguagem eram utilizados, deixando a leitura mais fluida com presença de ilustrações e fotografia.

Um dos pontos mais interessantes de se estudar a imprensa feminista e seus primeiros periódicos publicados no Brasil, na emergência do movimento, durante a segunda metade do século XX, é sua direta relação com a história do país e das mulheres. Se o “Brasil Mulher”, fundado em 1975 é considerado hoje, por muitas integrantes uma espécie de “laboratório feminista” totalmente envolvido com os movimentos políticos e, especialmente os partidos de esquerda e grupos que integram o movimento armado durante o regime militar, é porque esse grupo de mulheres estava, efetivamente, reconhecendo a necessidade de resistência e oposição, não apenas de armas e mobilização.

No caso do “Nós Mulheres”, fundado em 1976, se representa uma outra forma de abordar feminismo, amadurecendo suas perspectivas em um formato mais democrático, simples e humorado, é porque o contexto da ditadura já estava sendo transformado. E o “Mulherio”, fundado em 1981, representa uma nova tendência do pensamento feminista que, através de seu cunho acadêmico, fortalece os estudos de gênero e, essa história, por assim se dizer, nem é tão recente assim.

Longe de tentar construir uma linha evolutiva do movimento feminista, os debates entre academia e militância são cada vez mais veementes e, nos dias atuais, há um esforço para diálogo, principalmente por parte de algumas universidades que buscam nos movimentos sociais, provocações, reflexões e respostas para a construção de uma sociedade mais consciente sobre as questões de gênero, e porque não; feminista. Nesse sentido, a mídia tem-se mostrado essencial para a construção de espaços, como por exemplo, a organização e o alcance das redes sociais.

Em síntese, conhecer os periódicos trazidos neste trabalho juntamente às tirinhas de Ciça não se trata de um exercício para acompanhar o desenvolvimento histórico do movimento feminista, mas sim, uma forma de compreender, sob um diferente prisma, as lutas que continuamos a travar mais de 40 anos depois de suas publicações. Com as contradições, as manifestações e as ridicularizações - “ graças” - o feminismo coexiste com a estrutura patriarcal e o autoritarismo. Vivemos em uma democracia, em que as instituições se têm demonstrado mais frágeis. O feminismo e suas políticas públicas, propostas de educação, acadêmicas ou sociais, resistem e persistem no enfrentamento de seus desafios.

## O Humor Gráfico na Imprensa Feminista

Aqueles que, em meio a tomada do poder pelos militares puderam ter um material acessível a poucos e relevante para muitos. Esse período foi marcado por, segundo Gonçalves (2004), um fenômeno de comunicação em massa incorporado há muitos brasileiros principalmente no meio urbano, mas que, devido ao contexto da época, eram difíceis para adquirir, ler ou refletir.

Em 1963, os leitores brasileiros que tinham o hábito de ler revistas em quadrinhos podiam se considerar privilegiados. Num dos períodos mais tensos da vida política brasileira, quando a conspiração para derrubar o presidente João Goulart caminhava a passos largos para o desfecho trágico de um golpe militar no ano seguinte, circulavam regularmente, em meados daquele ano, mais de duzentos títulos, entre publicações mensais e quinzenais, de acordo com levantamento da revista Publicidade & Negócios. O volume de vendas a cada mês foi estimado em 20 milhões de exemplares – em média, cerca de 100 mil revistinhas para cada título, ou 240 milhões de exemplares por ano. Outro fenômeno editorial também já havia se estabelecido no país naquele momento: a publicação diária de tiras de quadrinhos em jornais. Duas empresas dominavam o mercado de distribuição desse formato de história e atendiam a cerca de 120 jornais de todo o Brasil: Record e a Apla (Gonçalves, 2004: 363)

Os periódicos das décadas de 1970 e 1980 no Brasil demonstraram espaços privilegiados para a produção e disseminação do humor gráfico produzido por mulheres e com temática feminista. No contexto do regime militar e marcas de ausência da liberdade de expressão, em casos específicos, tais publicações e, principalmente os quadrinhos, charges, cartuns e ilustrações que faziam parte de seu conteúdo se integraram aos confrontos simbólicos que existiam no período, perpassando questões de gênero, raça, classe ou ideologia política e atuando como oposição às ideias vigentes na época. Ao mesmo tempo que questionavam valores sociais, políticos e culturais existentes, repensaram as pautas das esquerdas, gerando conflitos em seu interior, principalmente por conta das demandas trazidas pelas mulheres pensando em seus direitos.

Vale ressaltar que um aspecto em destaque dos periódicos em questão são os espaços de educação que buscaram para refletir e debater não só os problemas sociais e políticos, mas também o “público” e o “privado”, o “homem” e a “mulher, estes últimos, especialmente importantes para as definições dos papéis de gênero e divisões de seus domínios. Nestas peças culturais que são os jornais feministas, o humor gráfico aparece como uma estratégia simbólica para destacar a representação da “mulher” - definida pela sociedade patriarcal - e o mundo em que vivenciam, majoritariamente privado ou no público em cargos em sua maioria subalternos, disputando com outras formas de representação os espaços de

poder. Sendo assim, os jornais com humor gráfico atuaram politicamente como um possível caminho adotado pelas feministas para questionar e refletir sobre a estrutura, intervir no campo da cultura e, além disso, ressignificar a mulher, seus espaços e papéis sociais.

Ainda sobre o humor, autores como Henri Bergson (1978) e Quentin Skinner (2002) apresentam a existência de um humor que visa a ridicularização e destruição do outro - diferente de Nancy Walker (1988). Regina Barreca (1991) e Umberto Eco (2011), que destacaram o humor como elemento capaz de produzir a reflexão e a crítica (CRESCÊNCIO, 2018, p.1). Com tantos impasses acerca do humor, é necessário articular o estudo sobre o discurso humorístico presente nos periódicos à categoria de gênero com certo cuidado, uma vez que, os estudos de humor, trazidos por teóricos listados aqui foram, muitas vezes, pautados na lógica masculina presente no patriarcado.

Dentro dessa lógica, o humor, muitas vezes é levado em consideração em vista de seu potencial danoso, capaz de construir estereótipos através de caricaturas e fortalecer-se sobre eles, ri por meio da chacota, da piada, da ridicularização de algo ou alguém. Quentin Skinner (2002, p. 9) aponta que por meio do riso podemos arruinar a causa do adversário e persuadir a audiência por meio do insulto. Nesse sentido, o humor é compreendido como ferramenta eficaz para combater determinadas posturas políticas, sociais, culturais e etc. No entanto, Rachel Soihet (2007, p. 50), por meio de sua pesquisa sobre os preconceitos reproduzidos nas charges d'O Pasquim<sup>9</sup> - periódico da época da ditadura de esquerda e voltado ao público masculino - segue essa perspectiva, ao apontar o semanário construindo imagens de feministas como “feias” e “homossexuais”, mostrando a perspectiva vigente e “natural” do humor. Dentro dessa perspectiva, Henri Bergson (1978, p. 98), exemplifica que o riso é um gesto com significação e alcance sociais, mas que ao final serve como castigo que se estabelece por meio da humilhação.

Nesse sentido, o humor gráfico dentro das produções feministas mostra seu papel essencial para a necessidade de debates que superam a discussão sobre política institucional, já presentes em periódicos regulares e com abordagens predominantemente masculinas. Traçando entre as fronteiras do privado e público, o homem e a mulher, Ciça e outras quadrinistas, demonstravam sua criatividade, reflexão e consciência sobre sua condição de mulher enquanto desenvolviam narrativas reflexivas em poucos traços e muito humor. O

---

<sup>9</sup> O Pasquim foi uma grande referência na imprensa e humor gráfico do Brasil, não apenas pelos seus nomes e qualidade de produção gráfica, como também pelo contexto da tomada do poder pelos militares constituindo, para muitos, um espaço para uma fuga à realidade, expressão, criatividade de linguagem mais objetiva e fluida além, é claro, de denúncia. Sua equipe inicial era composta por: Ziraldo, Sérgio Cabral e Tarso de Castro, Jaguar, Carlos Posperi e Claudius.



trabalho quase artesanal dos jornais, especialmente do “Brasil Mulher” e do “Nós Mulheres” e mais tarde do “Mulherio”, atuou ativamente para que hoje possamos observar o humor feminino nas obras publicadas no século passado, já que a negação das mulheres citadas nestes jornais demonstra que o campo do humor gráfico no Brasil, em termos de publicações, é construído no masculino.

Em síntese, o humor gráfico produzido por mulheres no Brasil, nos últimos 100 anos, demonstra a necessidade de uma revisão teórica, histórica e bibliográfica construída a partir da desobediência de cânones e hierarquias de gênero. A defesa da existência de um humor brasileiro, protagonizado por papagaios, insinua os limites da divisão sexual do trabalho há décadas.

### **Mulheres e o Trabalho Fabril**

Como descrito brevemente na seção anterior, o desenvolvimento do capitalismo e a ascensão da Revolução Industrial na Europa alteraram de forma significativa as relações sociais dentro e fora de casa. Para as mulheres, essa foi uma das mudanças mais significativas. Antes desse período, durante o Feudalismo, os feudos eram compostos por famílias que eram a unidade de produção, o trabalho das mulheres acontecia principalmente nos campos, e suas tarefas eram concentradas no ambiente familiar, em que revezavam entre trabalhos domésticos, de agricultura e cuidados. As mulheres atuavam no plantio, refinamento dos alimentos, teciam roupas, entre outros afazeres enquanto cozinhavam e cuidavam dos filhos.

O mesmo valia àquelas que viviam no meio urbano, dividiam seus trabalhos domésticos com costuras, mercados familiares e outros serviços. Estas participavam do processo produtivo com função econômica significativa, no entanto, para questões sociais, jurídicas ou políticas, eram consideradas inferiores aos homens.

No período de transição entre o Feudalismo e a Revolução Industrial houve êxodos das áreas rurais para urbanas e com eles mudanças estruturais. Segundo Heleieth Saffioti (1976):

O intenso processo de urbanização que a revolução industrial inaugurou desalojou do campo imensas massas de trabalhadores rurais, minou as bases da fabricação doméstica e do artesanato independente; cavou, enfim, um profundo abismo entre o trabalho e a posse dos instrumentos de trabalho, promovendo o assalariamento de crescentes massas humanas provenientes de uma economia campesina ou de burgo. O trabalho independente foi sendo, cada vez mais, limitado a um grupo restrito de

empresários capitalistas. É evidente que, para o produtor independente, o processo de proletarização (assalariamento) envolve perda de status. (SAFFIOTI, 1976, p.36)

As mudanças apresentadas anteriormente afetaram ambos os sexos, mas com destaque para os trabalhadores que realizavam trabalhos manuais e que requeriam força física e tiveram que ser substituídos por máquinas. Nesse sentido, a mecanização e a necessidade de uma força de trabalho diferenciada nas fábricas favoreceram a introdução das mulheres neste mercado de trabalho e criaram novos trabalhos, até então inexistentes.

Para Scott (1991), a mudança do ambiente de trabalho das mulheres da casa para a fábrica, colocou-as em uma condição social diferente daquela naturalizada e socialmente construída: nas fábricas as mulheres não atuavam mais como domésticas ou cuidadoras, na verdade a mulher seria “uma anomalia no mundo do trabalho” (SCOTT, 1991, p.444). Tal afirmação gera discordâncias, pois apesar de não serem “bem-vindas” no mercado, sua atuação era reconhecida. Vale ressaltar que, não foi em um período anterior que os homens subjugarão e desvalorizaram o trabalho das mulheres, “[...] mas a operacionalidade de uma estratégia de seleção natural sobre a divisão das atividades que seriam partilhadas entre homens e mulheres, que destacou para eles os trabalhos precários, e para elas as atividades menos valorizadas.” (UCHÔA, 2015, p.41).

Scott (1991) ainda afirma que essa operacionalização do trabalho por uma “ideologia da domesticação” ou “doutrina das esferas separadas” traz o pensamento do século XIX que coloca as mulheres em casa, como cuidadoras e os homens como provedores da família. Essa ordem “natural”, marcada por um suposto “destino” e diferenças funcionais e biológicas, trouxe a concepção de que a posição da mulher como doméstica era essencial para a reprodução e a vida familiar e, de certa forma, inviabilizar a inserção da mulher no mercado e conseqüentemente de cargos mais abastados.

Patrícia Galvão, mais conhecida como Pagu, durante a década de 30, observou as primeiras mudanças no processo de industrialização no Brasil, pela passagem de uma economia agrário-exportadora para uma urbana-industrial. Essa obra é de essencial importância já que denuncia a exploração e opressão de trabalhadores e, principalmente, as mulheres que submetidas a longas jornadas de trabalho nas indústrias têxteis de São Paulo, sequer tinham seus direitos trabalhistas.

Pagu, através de suas personagens, Rosinha Lituana, Otávia e Corina, consegue representar bem a realidade das mulheres operárias no início da industrialização no Brasil, ilustrando também as diferenças étnicas que perpassam a classe social. Nesse sentido, Corina

é a que mais se destaca – mulher negra, costureira, iludida por uma falsa proposta de casamento acaba ficando grávida e recorre à prostituição. No final, termina seus dias na cadeia, uma realidade que, infelizmente, se estende até os dias atuais principalmente às mulheres negras. Rosinha na condição de estrangeira e operária, traz uma aguçada consciência de classe e se filia ao Partido Comunista – no pouco tempo fora de sua jornada, ela busca disseminar as ideias do partido entre os trabalhadores, em dias atuais seria considerado baderna; balbúrdia. Enquanto isso, Otávia, trabalhadora também envolvida com o movimento operário, toma a frente do movimento sindical e coloca a “mão na massa”.

Entre Pagu e Ciça, há um ponto em congruente: apesar de 40 anos de diferença em suas publicações, ambas apontam uma realidade comum às mulheres. Nesse sentido, se ressalta “As obras são formas de percepção, formas específicas de se ver o mundo; e, como tais, elas devem ter uma relação com a maneira dominante de ver o mundo, a “mentalidade social” ou ideologia de uma época”. (EAGLETON, 2011).

Ao ler a obra de Pagu nos deparamos com o “Parque industrial” do Brasil, este, ultrapassa o propósito unicamente literário, assumindo um parecer de alguém vivenciou os estágios iniciais da industrialização no Brasil, mais especificamente de São Paulo, tanto pela sua própria experiência como operária, quanto através dos círculos modernistas de que participava.

Pagu retrata um lugar, um bairro operário: o Brás. Aqui, as histórias de vida das mulheres trabalhadoras operárias vão se cruzar. Sua condição já aparece no primeiro momento, diante da referência ao bairro: “pelas cem ruas do Brás, a longa fila dos filhos naturais da sociedade. Filhos naturais porque se distinguem dos outros que têm tido heranças fartas e comodidade de tudo na vida” (GALVÃO, 1994, p. 17).

Enquanto isso, Ciça retrata a relação das mulheres com o trabalho desde o período da guerra ao pós-guerra. Durante esse período, mudanças significativas foram observadas na educação das mulheres. Aqui, conteúdos de educação formal foram transformados em possíveis “especialidades” que atendiam o mercado de trabalho da época, marcado pela industrialização do Brasil. Entre as especialidades que ganham maior destaque está a costura. Neste caso, conhecimentos e habilidades relativos a esse ofício tiveram grandes investimentos que levaram, inclusive, as mulheres produzirem vestimentas para os soldados que participaram ativamente no conflito mundial. Nesse sentido, Simili (2008) afirma que as costureiras da Legião Brasileira de Assistência (LBA) reforçam os princípios do trabalho doméstico e privado para a vida pública e política originada pela participação do país no conflito mundial.

Vale ressaltar que a imprensa convencional teve um importante papel para legitimação da condição da mulher, aquela do espaço privado e do lar. Entre as décadas de 1950 e 1960, embora houvesse muitas mudanças em relação ao ingresso da mulher no mercado de trabalho e maior acesso à educação que alteram discretamente a percepção dos papéis de gênero na sociedade, o valor do “feminino” permanece. A mãe/esposa é, acima de tudo, dedicada ao lar. A imprensa assume papel como educadora às práticas de costuras que, torna-se um veículo de comunicação e de aprendizagem para o “cortar e costurar”. Assim, cursos presenciais e à distância se desenvolvem, como é o caso do Instituto Universal Brasileiro (IUB) e da Escola de Corte e Costura de São Paulo, responsável pelo Método Vogue.

A imprensa convencional foi uma das grandes responsáveis por um discurso ideológico de que a “costura” seria algo do campo feminino, “coisa de mulher”, mediado também pelas ideias educacionais que reafirmavam os papéis de gênero estabelecidos na época e indissociáveis: a mãe, esposa, dona-de-casa, bela e recatada. Seus trabalhos poderiam ser realizados dentro do seu domínio. No seio do lar, ela estaria segura do mundo exterior, podendo servir os filhos e o marido. Nesse sentido, Campagnolli (1967), em uma publicação da Vogue da época, esboça os valores de uma sociedade predominantemente patriarcal:

A vida sobre a terra é incerta. Precisamos nos preparar para o que vier. Os pais não vivem sempre e eles devem preparar o dote de suas filhas dando-lhes uma profissão honrosa, garantindo o futuro da vida de suas filhas, assim como os esposos o de suas esposas, pois não sabem o dia de amanhã e às vezes o braço forte falta e é preciso o fraco movimentar-se. Assim sendo, poderão ganhar a vida em seus próprios lares sem sofrerem muitas amarguras, que na maioria das vezes a vida nos traz. (CAMPAGNOLLI, 1967, p. 16).

Para Elisabeth Lobo (1991), a divisão sexual do trabalho não criou a subordinação e a desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas sim recriou uma subordinação que existe também em outros âmbitos sociais. (LOBO, 1991, p. 61). Nos anos iniciais da Revolução Industrial, as mulheres ocupavam espaços predominantemente relacionados socialmente ao doméstico como a costura. Esses tipos de trabalho eram tidos como “naturais” e baseados no “dom” das mulheres, que ao longo do tempo são usados para legitimar subempregos e baixos salários. Nesse sentido, Lobo ressaltava: essa condição é uma construção social e simbólica. Para explicitar tal fato, a autora usa a comparação do trabalho fabril e de corte de cana. Os critérios aplicados que justificam a feminização do trabalho na linha de montagem de produtos eletrônicos, que é um trabalho sentado, limpo, minucioso e

delicado ao comparar com os critérios usados para o trabalho de uma cortadora de cana, percebemos que se trata de dois tipos de “feminização”. (Lobo, 1991, p.60).

As jornadas femininas costumavam - e ainda costumam trazer - alguns atritos dentro da esfera produtiva e do meio familiar. Esses conflitos são marcados, segundo Ávila (2016), pela condução de suas práticas de trabalho, gerando sofrimento tanto para mulheres quanto para seu núcleo familiar, em que, às vezes, mulheres precisam deixar de cuidar de seus filhos para cuidar dos patrões. Em linhas gerais, outras mulheres participam dos cuidados de um núcleo familiar cuidando dos filhos pequenos, parentes, vizinhas ou amigas e são remuneradas ou não. Para as filhas mulheres, desde sua infância, ficam comprometidas com tarefas domésticas para ajudar a mãe. Essa criança cede parte do seu brincar, descobrir, estudar para contribuir com os afazeres domésticos.

Essas jornadas são determinadas por causas estruturais vigentes no sistema econômico em que vivemos. Segundo Hirata (2002):

De um ponto de vista histórico, é possível observar que a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico), fábrica-escritório/família) surgiu simultaneamente ao capitalismo, e que a relação assalariada não teria podido se estabelecer na ausência do trabalho doméstico. [...] Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades da divisão do trabalho entre os sexos, tanto do trabalho assalariado quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante às relações de produção. (HIRATA, 2002, p.234)

A razão pelas quais uma jovem vai em busca do trabalho e levam uma dupla e, às vezes, tripla jornada de trabalho são caracterizadas por sexo, raça e classe. Em dias atuais, felizmente, há diminuição de jovens no trabalho doméstico, principalmente, devido ao aumento do nível de escolaridade e a inserção em outros setores do mercado de trabalho. (ÁVILA, 2016). Nesse sentido, é importante observar que o trabalho feminino dentro do capitalismo está intimamente ligado à esfera doméstica com suas relações de dominação e poder. Esse sistema econômico pode se manifestar de diferentes formas, de acordo com as condições socioculturais e históricas dos diferentes países e grupos sociais, no entanto, existe um ponto comum: a legitimação do patriarcado.

Bia Sabiá mais uma vez ilustra os problemas das estruturas sociais: apesar das mulheres terem um maior acesso ao trabalho assalariado, isso não as libertou da apropriação de seu trabalho, exploração ou opressão. Apesar de também estar inserida no mercado de trabalho, as responsabilidades da casa recaem sobre as mulheres e não o casal. Tal fato, reforça o estereótipo de que as tarefas domésticas e de cuidados são obrigações femininas e

que cabe às mulheres conciliar vida profissional e doméstica. Nesse sentido, não apresenta um avanço significativo para a luta pela igualdade. Por mais que o casal contribua para os custos da casa, a mulher continua sendo responsável por fazer lanches, almoço e arrumar os filhos para o passeio sem chances para um descanso, de fato.

Além disso, dentro desse sistema econômico, as mulheres que têm cargos executivos e pertencem a uma elite dominante, há possibilidade de dividir sua responsabilidade com uma empregada doméstica. Nesse sentido, Hirata e Kergoat (2007) identificam uma nova disparidade de interesses entre as mulheres:

Assiste – se também o aparecimento pela primeira vez na história do capitalismo, de uma camada de mulheres cujos interesses diretos (não mediados como antes pelos homens, pai, esposo, amante) opõem - se frontalmente aos interesses daquelas que foram atingidas pela generalização do tempo parcial, pelos empregos em serviço muito mal remunerados e não reconhecidos socialmente e, de maneira mais geral, pela precariedade. (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.601).

Apesar da mulher romper com os padrões de precarização de trabalho no mercado e ser uma executiva, estar em cargo de gestão ou direção e em alguns casos ganhar mais do que seu parceiro não altera a configuração familiar para uma igualdade de gênero. A contratação de empregadas domésticas foi uma possível solução para a problemática. É provável que, dentro dos padrões culturais, sejam mais aceitos e difundidos que as mulheres naturalizem essas relações e acreditem ser “mais justo” dividir com uma funcionária do que com o núcleo familiar.

Nesse sentido, Ávila (2009) afirma “As diferenças de classe entre mulheres são historicamente, um determinante da sua inserção na relação trabalho doméstico/assalariado. O trabalho doméstico sempre foi responsabilidade das mulheres para as mulheres de todas as classes”. (Ávila, 2009, p.102). No entanto, como podemos observar, há desigualdades históricas de como as mulheres enfrentam essa relação. Ao ingressar no mercado de trabalho, rompeu padrões para mulheres, no entanto as empregadas domésticas foram essenciais para que as mulheres das classes dominantes equilibrassem seu trabalho doméstico e assalariado. No entanto, para mulheres de classe trabalhadora, como Bia Sabiá e a grande maioria das mulheres do país, a entrada no mercado de trabalho formal ou informal acarreta em duplas - às vezes triplas - jornadas de trabalho. Há o trabalho doméstico gratuito, marido e filhos além do trabalho assalariado. A rotina de Bia apresenta a dificuldade em conviver com as relações de gênero, marcadas pelo patriarcado no meio público e privado,

## Mulheres e o trabalho doméstico

Schwebel (2009), no verbete “Trabalho doméstico” no Dicionário crítico do feminismo, interpreta-o da seguinte forma: “Definimos o trabalho doméstico como um conjunto de tarefas relacionadas ao cuidado das pessoas e que são executadas no contexto da família-domicílio conjugal e parentela – trabalho gratuito realizado essencialmente por mulheres. (SCHWEBEL, 2009, p.257).

O trabalho doméstico, muitas vezes é atribuído à categoria de gênero mulher que, segundo Simone de Beauvoir (2018), é uma construção social. “Não se nasce mulher, torna-se mulher”. As mulheres, na sociedade são consideradas “o outro” que não o homem, elucidando uma sociedade masculina e heteronormativa. Portanto, podemos dizer que a mulher não é uma condição biológica, mas sim cultural. O sexo biológico não é condição para a subordinação, mas sim uma possível justificativa. A construção social “mulher” manifesta um papel coadjuvante em que a hierarquia e o poder colocam o homem como condição primária e de destaque; para a mulher, resta ser “o outro”.

Nesse sentido, Joan Scott (1989) traz o gênero com uma categoria que diferencia o sexo biológico de relações sociais, mas que as integra-as da seguinte forma: “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e (escrever mais) “[...] uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 1989, p.21). Quando há mudanças significativas nas relações sociais, podemos dizer que essas mudanças equivalem às alterações nas estruturas de poder, portanto é preciso considerar as disputas políticas no âmbito público e privado. Dessa forma, a questão do gênero pode ser levada para além dos lares e das relações familiares. Além disso, também é preciso observar no âmbito público, para que essas questões sejam compreendidas dentro de um sistema político e econômico sob as instituições e organizações de poder na sociedade.

A esfera privada, em que a maior parte das mulheres atua, é preservada de intervenção estatal assim como de suas regras e valores; a moral e ética, presentes na esfera pública e que permitem espaços mais justos e igualitários. A “privacidade” é garantida, conservando assim as relações de autoridade que diminuem a autonomia das mulheres. Nesse sentido, Biroli (2014) afirma que a esfera privada é uma forma de excluir a política das relações de poder na vida familiar, tirando das relações cotidianas e de trabalho doméstico o caráter político e conflituoso.

Pensando sobre a vida da mulher e o domínio privado, Beauvoir (2019), uma das principais referências do pensamento feminista da década de 1960, problematizava os

aspectos sociais da vida da mulher e destacava que a repetição, a monotonia e a invisibilidade do trabalho doméstico e o fato de que, desde meninas, mulheres são condicionadas a esse papel social, em que o tempo é marcado pelos afazeres domésticos, como a roupa que seca no varal ou frango que assa ao forno. Para a filósofa, a mulher estaria presa a um trabalho que não dá sentido à vida, um fazer secundário (2019, p. 446).

Além disso, é importante ressaltar que o trabalho doméstico não se restringe às mulheres das classes mais baixas, na verdade, segundo Biroli, “a divisão sexual do trabalho, no entanto, não se detém nos limites das vantagens de classe e raça; impacta também nas privilegiadas, porém com consequências distintas daquelas que se impõem à maioria das mulheres”. (BIROLI, 2018, p.23)

Nesse sentido, os movimentos feministas através da imprensa alternativa, trazem nas décadas de 1970/80 discussões mais aprofundadas entre o trabalho doméstico, assalariado e o capitalismo. Através de instrumentos como artigos, charges, tirinhas, cartas e manifestos, a imprensa feminista denuncia o trabalho invisível, não remunerado, em que a família e a industrialização possibilitam um cenário favorável para isso. Além disso, outro fator que pode ser trazido para elucidar a condição desse trabalho são os fatores biológicos e “da natureza feminina”, ou seja, por ser mulher, existe uma expectativa de que esse trabalho seja feito com maestria e graça. Socialmente, em grande parte das culturas ocidentais, é esperado uma mulher “bela, recatada e do lar. ”

Ademais, contextualizando o trabalho doméstico no sistema capitalista, este é gratuito e “não produtivo”, portanto, a invisibilidade social das mulheres é intrínseca à sua condição social, colocando-as do ponto de vista produtivo, praticamente em uma condição servil, em que o trabalho é abundante, não valorizado e excluído do valor de troca. Apesar disso, as mulheres deveriam “se sentir gratas” já que há quem provém. Em seu artigo, “O inimigo principal”, Christine Delphy (2015) traz a perspectiva de que:

Os benefícios recebidos pelas mulheres são independentes do trabalho fornecido e não são pagos em troca destes, ou seja, como um salário ao qual o trabalho efetuado dá direito, mas como uma doação. A única obrigação do marido – que evidentemente é de seu interesse - é prover as necessidades de sua mulher ou, em outras palavras, manter sua força de trabalho. (DELPHY, 2015, p.102)

Além disso, vale ressaltar o trabalho que as mulheres oferecem suporte aos homens no seu trabalho produtivo, uma vez que atuam em casa nos cuidados com o lar e com os filhos, não são considerados socialmente. Beneficiados imensuravelmente, com mais tempo e disposição, os homens crescem profissionalmente: eles têm presença no mercado de



trabalho. Em uma perspectiva mais objetiva, é pouco provável que esse fenômeno seja notado em uma sociedade patriarcal e capitalista. Os homens usufruem do serviço gratuito de mulheres e, portanto, acabam considerando o trabalho remunerado destes mais valorizado que o das mulheres. Subqualificado e posicionado em grande parte no mercado informal, o trabalho doméstico é, na maior parte das vezes, mais precário e com salários menores.

Nos quadrinhos de Ciça, Bia Sabiá representa a mulher trabalhadora, casada, com filhos, o que significa que ela lida com uma tripla jornada considerando filhos, casa e trabalho, com seus passarinhos na figura de filhos e o homem, representado pelo pássaro macho, Heitor. Em grande parte das tiras, é possível observar os problemas de gênero vividos pelas mulheres no domínio privado - e mais especificamente no espaço doméstico - que são ilustradas com humor, mas retratam a difícil condição da mulher. Bia, ao ser reduzida à sua condição de mãe e dona de casa, frustra-se como muitas mulheres. Ciça, ao trazer o tema com leveza e em uma linguagem mais simples, utilizando uma família de pássaros, aponta as dificuldades das jornadas de trabalho, e que por mais que tenham conquistado direitos no domínio público e um lugar no mercado de trabalho, não houve mudanças estruturais nas relações privadas.

Bia Sabiá é um retrato da mulher brasileira da década de 1970/1980. A mulher que cozinha, atende os desejos marido, lava louças apesar do aparente descontentamento em sua expressão. O homem se cansa e descansa, a mulher se cansa e trabalha. Beauvoir (2018) afirma que ambos os sexos – homens e mulheres – nunca estiveram em pé de igualdade no casamento: o homem é, socialmente, um indivíduo autônomo e, antes de tudo, produtor, o que justifica sua existência. A mulher é um meio, uma espécie de escrava ou vassala da família (2018, p. 408). Essa mulher, definida por Simone, é a discutida nas páginas dos periódicos deste trabalho; essa é a mulher que Bia Sabiá representa.

Longe de generalizar as condições das mulheres e o trabalho doméstico representados nessa época, faço um recorte sobre a condição das mulheres negras, especificamente sobre a ótica de Angela Davis (2016), esta, afirma que as mulheres negras possuíam uma configuração familiar diferente. As condições de escravidão ou análogas a estas trouxeram entre as famílias negras laços amorosos e afetivos de que a união e a força eram muito importantes. Segundo Davis (2016), com tanto sofrimento e por necessidade as mulheres negras tornaram-se fortes. Eram persistentes, independentes e se destacavam no núcleo familiar.

Em um ambiente seguro e verdadeiramente humano, a vida doméstica era de fundamental importância na vida da população negra, diante deste fato, as mulheres negras

não eram intensamente diminuídas por suas funções domésticas, muito pelo contrário, muitas vezes havia participação ativa da família, diferindo-se consideravelmente das mulheres brancas e ao seu estereótipo “dona de casa”. Davis (2016), enfatiza:

Essa divisão sexual do trabalho doméstico não parece ter sido hierarquizada: as tarefas dos homens certamente não eram nem superiores nem inferiores ao trabalho realizado pelas mulheres. Ambos eram igualmente necessários. Além disso, ao que tudo indica a divisão de trabalho entre os sexos nem sempre era rigorosa; às vezes, os homens trabalhavam na cabana e as mulheres podiam cultivar a horta ou mesmo participar da caça. (DAVIS,2016, p. 30)

Ainda sobre o trabalho doméstico, Davis (2016) coloca, assim como Federici (2017), que o capitalismo industrial mudou a economia familiar. A nova esfera econômica surgiu e, de lá para cá, se desenvolveu gradativamente, transformou os bens de consumo que antes eram produzidos em casa, com valor de uso, a produtos industrializados com valor de troca. Essa revalorização da produção econômica, além de promover uma separação do trabalho entre “casa” e “indústria” ou “fábrica”, separou também os aspectos econômicos do lar e aqueles voltados ao lucro capitalista. Tarefas domésticas não são mercantis e, por isso, são consideradas uma forma inferior de trabalho. Aquelas que sofreram diretamente com essa mudança foram as mulheres, com efeito ideológico: fadadas a assumir o estereótipo: “dona de casa”.

Em síntese, Davis (2016) considera que as tarefas domésticas são invisíveis, repetitivas, exaustivas, improdutivas e nada criativas, reconhece que uma parcela dos homens tem dividido mais as tarefas com suas parceiras, no entanto sua colaboração se enquadra como uma “ajuda” e não uma obrigação. Nas tirinhas de Ciça, ou na sociedade, podemos observar que as tarefas domésticas e de cuidados são tidas como “coisa de mulher” e tal concepção continua incisiva até os dias atuais. Para Davis (2016, p.214)

Se fosse possível acabar com a ideia de que as tarefas domésticas são um trabalho da mulher e, ao mesmo tempo, redistribuí-las igualmente entre homens e mulheres, esta seria uma solução satisfatória? Liberadas de sua associação exclusiva com o sexo feminino, as tarefas domésticas deixariam de ser opressivas? Embora a maioria das mulheres comemore com alegria o advento do “dono de casa”, desvincular o trabalho doméstico do sexo não alteraria verdadeiramente a natureza opressiva do trabalho em si. Em última análise, nem as mulheres nem os homens deveriam perder horas preciosas de vida em um trabalho que não é nem estimulante, nem criativo, nem produtivo.

Qual seria uma alternativa possível para os problemas enfrentados por Bia Sabiá e as mulheres da sociedade? Apontada por Angela Davis (2016), uma possível solução para tirar o peso das tarefas domésticas das mulheres, é a industrialização e socialização das tarefas domésticas, mas não colocam em questão as relações de poder entre os sexos. Para ela, o trabalho doméstico deve ser transformado radicalmente. Para isso Davis (2016), afirma

Um dos segredos mais bem guardados das sociedades capitalistas avançadas envolve a possibilidade – a real possibilidade – de transformar radicalmente a natureza das tarefas domésticas. Uma parte substancial das incumbências domésticas das donas de casa pode de fato ser incorporada na economia industrial. Em outras palavras, as tarefas domésticas não precisam mais ser consideradas necessárias e imutavelmente uma questão de caráter privado. Equipes treinadas e bem pagas de trabalhadoras e trabalhadores, indo de casa em casa, operando máquinas de limpeza de alta tecnologia, poderiam realizar de forma rápida e eficiente o que a dona de casa atual faz de modo tão árduo e primitivo. Por que um manto de silêncio sobre essa possibilidade de redefinir radicalmente a natureza do trabalho doméstico? Porque a economia capitalista é estruturalmente hostil à industrialização das tarefas domésticas. A socialização das tarefas domésticas implica amplos subsídios governamentais, a fim de garantir que se torne acessível às famílias da classe trabalhadora, para as quais a necessidade desse serviço é mais evidente. (DAVIS, 2016, p. 215)

Ainda sobre o trabalho doméstico e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, Biroli (2018) observa que a segunda onda feminista, entre as décadas de 1960/70, trouxe a concepção de que o trabalho remunerado libertaria as mulheres foi considerado por muitas mulheres negras e das classes trabalhadoras como uma concepção baseada nas experiências de mulheres brancas, que têm carreiras com capacidade para oferecer mais autonomia e remuneração. Os desafios das mulheres negras e trabalhadoras, apesar de sua remuneração, eram inúmeros considerando, por exemplo, a jornada de trabalho, remuneração e benefícios.

Para as mulheres mais desfavorecidas financeiramente, principalmente as negras, que têm exaustivas cargas domésticas não remuneradas e estão em trabalhos precarizados com poucos benefícios, significa uma continuidade da exploração de classe. Não há mudança estrutural. Nesse sentido, sabemos que, segundo Davis (2016), apenas quando a mulher negra se movimenta a estrutura da sociedade se movimentará com ela. Enquanto isso, o capitalismo continua a absorver o trabalho feminino de modo desigual, como será exposto na primeira seção sobre as mulheres nas fábricas e indústria, com isso o trabalho remunerado para elas é uma conquista, mas também mais uma forma de desigualdade e opressão. O acesso ao trabalho remunerado que permitiu diminuir, em certa medida, as desigualdades de gênero acontecem de forma diferenciada entre homens e mulheres e entre as mulheres.

## O direito à preguiça

O que é preguiça para a mulher dos tempos modernos? Há quase uma inevitabilidade de abordar o manifesto de Paul Lafargue (1842-1911) nesta pesquisa. Importante líder do movimento operário europeu, co-fundador do Partido Socialista Francês, na obra “Direito à preguiça”, provoca, perpassando o tempo, quando recomenda a jornada de três horas de trabalho para todo cidadão e principalmente, pensando nas mulheres. Há muitas mulheres que levam jornadas duplas ou triplas, incluindo os finais de semana e feriados, como Bia Sabiá evidencia na tirinha anterior, portanto que peso seria dado à preguiça feminina?

Aqui vale a pena resgatar que, durante a década de 1970, o trabalho fora do lar passou a ser considerado uma das grandes evoluções do século XX às mulheres, no entanto não mais que uma condição sócio econômica inevitável para algumas, conforme Fabbro (2006) afirma:

O trabalho doméstico das mulheres passou a ser denunciado como uma alienação, uma sujeição ao homem, ao passo que trabalhar fora, especialmente na década de 70, veio a ser sinal concreto de emancipação, de igualdade de sexos e de independência da mulher, ao passo que entre as operárias e empregadas do comércio ainda predominavam as justificativas econômicas.

No entanto, para Lafargue (1999), quem se deixa explorar na cadeia de montagem industrial, quem dá o poder ao tirano, são os súditos, os humilhados e ofendidos, os oprimidos, os operários, justamente pela sua submissão. Caso estes não se deixassem explorar, suas realidades seriam diferentes; transformadas. Neste caso, pergunta-se: o que ocorre às mulheres que são exploradas diariamente, em ambientes de trabalho e em seus lares como Bia Sabiá apresenta nas tiras presentes ao longo deste trabalho? Em que momento as mulheres se esqueceram do que é “ser humana?” (como Bia questiona). Quando abandonaram a vaidade, o autocuidado? O gosto e o respeito pelos jogos, danças, festas, descanso, horas de recolhimento, convívio com amigas?

Quando nos atentamos à leitura nessa parte, ela torna-se ainda mais interessante, pois pode-se ver claramente que não há uma problematização às questões de trabalho femininas que são muito mais intensas do que para os homens e, mais uma vez nesta pesquisa tomamos cuidado ao analisar o que é “preguiça”, visto que, está em uma concepção masculina e, apesar de crítica ao sistema econômico vigente, apresenta limites em sua análise, principalmente quando pensamos na dominação masculina e a estrutura patriarcal.

A análise pelo direito à preguiça se estende há mais de cem anos e até o presente momento as poucas conquistas dos trabalhadores, imerso em uma doutrina capitalista, são redução das longas jornadas, alguns dias de férias e um aumento no final de ano. Nas palavras de De Masi (2001, p.32) essa seria “[...]a única vitória do proletariado, imerso em sua ideologia do trabalho, teria sido estender à burguesia a loucura de matar-se de supertrabalho e intoxicar-se com superconsumo, excitados uns e outros por necessidades fictícias criadas pela propaganda. ” Nesse sentido, questiona-se: se através da propaganda, nas mídias, é possível sugestionar o proletariado à lógica do capital, que poder a mídia feminista teria para a educação das mulheres?

Não há como pensar em trabalho e os efeitos deste sobre a saúde e o bem-estar, sem relacionar às questões de gênero. Apesar dos movimentos feministas terem contribuído para algumas questões sociais de gênero, percebe-se que a mulher ainda ocupa um lugar de inferior na sociedade patriarcal, afetando diretamente nas condições de viver, adoecer e morrer, tanto no que diz respeito ao seu tempo de “preguiça”, quanto a sua saúde. Conforme aborda Fonseca (2005), “[...] a precariedade da situação social das mulheres passou a ser vista como resultante da divisão sexual do trabalho [...]” (FONSECA, 2005, p. 457).

O direito à saúde e ao ócio implica em uma necessidade de profunda transformação humana, principalmente em ordem psicológica, afetiva, ideológica, ética e moral dentro de uma lógica de produção e consumo. Esta importante tarefa, muito possivelmente caberá àqueles que, através das mídias, dos meios de comunicação e nas relações de ensino aprendizagem, atenderão aos antigos e novos desafios postos pela sociedade. O desafio para uma transformação social - e especialmente da condição das mulheres - está presente dentro do campo das ciências humanas que, através de questionamentos e reflexões sobre o trabalho e a inserção social, poderão resgatar um valor em outras dimensões do viver humano e comum, além de ressignificar o papel social da mulher imposto pela estrutura patriarcal.

### **As contribuições da imprensa feminista para educação**

Nesta seção tomaremos como referencial de educação o da Profa. Dra. Gracia Lopes Lima (2009) que, através de seus estudos em comunicação, trazem um interessante referencial para a educação, considerando, sobretudo, outros mecanismos que a caracterizam. Segundo ela:

Vamos, inicialmente, tomar o termo Educação como um conjunto de mecanismos, institucionais ou não, que exercem influência sobre o nosso modo de pensar e lidar com a vida, conosco e com os outros, e recuperar algumas de suas conseqüências (sic) sobre a formação do povo brasileiro. (LIMA, Grácia Lopes, 2009. p. 52)

Os periódicos do século XX, principalmente em suas primeiras décadas, além de se transformarem em um produto da reorganização industrial e os primeiros sinais da urbanização no Brasil e no mundo, assumem um importante papel de tribuna pública dessa época. A esse respeito, podemos afirmar que também foram importantes agentes de educação através de, por exemplo, as importantes campanhas contra o analfabetismo e questões de saúde no combate à tuberculose e outro leque de assuntos importantes ao ver da elite e ascendente classe média da época.

Segundo Cruz (2000), a imprensa da época é um importante agente na construção da urbanização já que faz parte de um elemento que fundou o território urbano. A imprensa, além disso, dá visibilidade ao processo de invenção de espaços públicos ao mesmo tempo que projeta nas cidades e centros urbanos as diferentes demandas dos grupos sociais que ali aparecem. Independente de se formar por jornais, panfletos ou revistas de pequena ou grande tiragem, ela é, em si, um agente do histórico capital. Ainda, segundo a autora, tanto a cidade quanto a imprensa são características do mundo ocidental, daí a relação indissociável entre o periodismo e a vida urbana.

É importante ressaltar que os periódicos, revistas e panfletos trazidos pela imprensa constituem-se em fontes preciosas àqueles que, em exercício investigativo na busca de respostas para diversas questões que nasceram no seio da sociedade como gênero, meio ambiente, educação, sociedade, política, literatura e outros. Nesse exercício investigativo é impossível esgotar completamente documentos, podendo, conforme afirma Antoine Prost, “sempre questioná-los, de novo, com outras questões ou levá-los a se exprimir com outros métodos” (Prost, 2008, p.77); e se o documento “é ao mesmo tempo verdadeiro e falso” sendo necessário elucidar as condições de produção e mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder, conforme proposição clássica de Le Goff (2003, p.525), o que quer dizer dos impressos, fontes multifacetadas por excelência?

Essa discussão ainda é essencial até os dias de hoje, em que o cenário traz uma imprensa, multifacetada que apresenta artigos tendenciosos - muitas vezes de cunho político - que podem favorecer uma determinada camada social ou grupo, através de notícias falsas, as chamadas *fake news* manipular a opinião pública e, em certa medida, transformar um cenário nacional e global como tem se observado no segundo ano de pandemia no Brasil. Aqui um

adendo sobre o papel da imprensa na educação: ao mesmo tempo que pode trazer a possibilidade do trabalho investigativo, reflexivo e questionador esta é capaz de trazer a desinformação e a ignorância de como as relações sociais, políticas e econômicas estão acontecendo no ambiente urbano nacional ou global. Há muitos jornais com editoriais e curadoria duvidosa.

No caso dos periódicos considerados neste trabalho, têm-se demonstrado, por intermédio da sua análise sistemática, que revelam práticas sociais, iniciativas e reflexões de grupos feministas presentes, em uma maioria, nas áreas mais urbanizadas do Brasil como São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, desvendam o modo de observar, refletir, questionar e viver daquelas que buscam através de seus manifestos e, às vezes, através do intermédio de instituições, educar outras mulheres para sua condição social através de uma postura ativa e reflexiva. Esses periódicos foram grandes responsáveis por pautar em um debate público, questões do domínio privado, relações de poder e, em linhas gerais, a vida social da mulher, em sua maioria, urbana.

Aqui, vale considerar que no contexto da época, as mulheres de diversas classes sociais e raça se tornaram público-alvo da mídia convencional como a mulher, substantivo da sociedade patriarcal, “bela, recatada e do lar” em um processo “normatizador” tanto em questões biológicas, quanto biológicas e jurídicas que buscam discipliná-las por intermédio de variadas práticas: aconselhamentos, legislação, interdições, premiações e outros. Neste período, a imprensa feminista trouxe, gradativamente suas questões e reflexões sobre o papel da mulher que, ao longo do tempo se transforma, lentamente, causando em determinados grupos sociais reconhecimento e admiração e, em outros, estranhamento e repulsa.

Passaram-se mais de quarenta anos que os periódicos em questão foram publicados e, no cenário urbano atual, podemos observar mulheres, cis ou trans, ocuparem diversos espaços antes extremamente privilegiados ou inexistentes tais como políticos e profissionais que, muitas vezes, eram exclusivamente masculinos. As mulheres, aos poucos, tornam-se protagonistas de suas próprias histórias. A sua existência no lar começa a ser considerada assim como sua atuação na maternidade e sua naturalização na infância, especificamente na educação infantil. Um ponto de atenção neste caso, se deve ao fato da contradição dos movimentos e desdobramentos urbanos.

O fenômeno do questionamento do papel da mulher possui diversas nuances e em alguns momentos, podem ser até mesmo contraditórias tendo em vista as diferentes feministas e mulheres que, em certos momentos, operavam justamente pela manutenção dos estereótipos ligados à sua identidade pública e privada e, objetos que reforçavam esse papel.

As páginas impressas da época traziam todo tipo de manifestos, cartas, artigos, contos, discussões ou tirinhas ora mais sérias, outras humoradas em torno das conquistas femininas dos espaços públicos. A heterogeneidade de concepções é interessante de se observar nos periódicos da época. Em verdade, pela variedade de documentos publicados nesse período, é difícil determinar quem era a mulher brasileira nas décadas de 1970 e 1980.

No entanto, neste trabalho, tomamos os contradiscursos ao status quo, presentes nos periódicos aqui analisados que, mesmo não-hegemônico, teve um importante papel nas conquistas dos direitos da mulher e a ressignificação de seu papel social principalmente através de suas reflexões, que assumiram papel educativo, passando entre diferentes gerações e estabelecendo um grande grupo de feministas presentes em todo o país em uma verdadeira oposição ao estereótipo pejorativo da “mulher prendada” e da professora, uma das primeiras profissões atribuídas às mulheres e seu papel no magistério. Trata-se de um outro tipo de casamento, afinal. Este último aparentemente perfeito: as mulheres e a docência (Souza, 1998; Louro, 2002).

Os temas discutidos nesses periódicos, em certa medida, continuam sensíveis até os dias de hoje. Estes, ainda presentes nos estudos contemporâneos de gênero, tais como o direito ao aborto, divórcio e, em linhas gerais, os direitos políticos além da necessidade à educação e espaços predominantemente masculinos ainda dividem espaço nas folhas matutinas dos jornais, em revistas acadêmicas ou posts em redes sociais como o Facebook e o LinkedIn. Os debates da condição humana feminina estão sempre presentes mas basta uma pequena crise, para serem questionados, como destacou Simone de Beauvoir (2018). Há também presença de discussões feministas em mídia de outras formas: àqueles que reforçam os estigmas e estereótipos do gênero, que trazem o embelezamento e a saúde do corpo, as dicas de moda e decoração para casa, o *do it yourself* (DIY), as indicações dos filmes e séries, dentre outras amenidades. E aqui, vale ressaltar que este também pode ser um espaço de educação. Na verdade, ao longo das últimas décadas as “amenidades” foram capazes de fazer com que as mulheres adentrassem ao mundo da escrita e das letras, como autoras nos editoriais, trazendo assuntos principalmente sobre moda, beleza e “vida em sociedade”, sendo um dos primórdios de sua atuação nesses espaços. Atentas ao seu dia a dia, as mulheres da época observavam as relações sociais locais e as tendências trazidas pelas capitais mais movimentadas do mundo da época, como Londres e Paris. Aos poucos, também ganhavam seu espaço no teatro e cinema.

São numerosos os exemplos de como a mídia e suas ferramentas podem educar ou deseducar um determinado grupo social ou população. Apesar da diversidade de



abordagens e, em algumas vezes, presença de contradições, o processo educativo feminista é plural e transversal a diversas questões presentes em sociedade. Trata-se, portanto, de um processo educativo singular, não apenas no Brasil, mas em diversos países do mundo, principalmente no ocidente. Ao longo deste trabalho, entendemos que a circulação diária dos periódicos é uma prática cultural em sua maioria presente nos centros urbanos da elite e da classe média culta - que se expandia conforme as mulheres tinham mais acesso à educação - desempenhando um papel educativo desafiador, mas ainda presente em nosso cotidiano, principalmente no que diz respeito aos ensinamentos diários sobre a forma como as mulheres são, lutam e vivem.

### Coletânea de tirinhas



FIGURA 1: Bia Sabiá, Çiça. Mulherio, 1981, p. 7

# Ciça



FIGURA 2: Bia Sabiá, Feriado, Ciça. Mulherio, nº 0, 1981.



FIGURA 3: CIÇA, Brasil Mulher. Edição 11, 1978. p. 11



FIGURA 4: Bia Sabiá, Nós Mulheres, 1976.



FIGURA 5: Bia Sabiá, Ciga, Nós Mulheres, 1977, p. 8.

## Considerações Finais

Ao longo deste trabalho, pudemos observar que a história do feminismo está intimamente entrelaçada ao espaço urbano e a história da mídia alternativa, uma vez que,

dentro deste território, as mulheres perceberam a necessidade de se fazerem ouvir ao adotar um discurso combativo, que por vezes desempenha o duplo papel de denunciar e mobilizar as mulheres na defesa dos seus direitos e em suas conquistas de cidadania. Além disso, atualmente, nota-se que os inúmeros grupos que compõem o movimento feminista possuem ferramentas de comunicação com as mais diversas ferramentas como por exemplo a imprensa através de jornais e revistas, áudio com programas de rádio ou podcasts ou até mesmo audiovisual com curtas e longas-metragens que, na maior parte das vezes estão disponíveis online, em tempo real e no mundo todo, como um espaço possível para o combate a desinformação e promove o debate e a apresentação das mulheres reivindicações.

No exercício de investigar a mídia produzida pelas organizações feministas das décadas de 1970 e 1980, exigiu-se um exercício de melhor caracterizar o que se entende por comunicação alternativa, uma vez que há diversas abordagens diferenciadas para compreender tal conceito. Apesar do termo ‘alternativo’ remeter ao contexto brasileiro a partir dos anos 1960, durante a ditadura militar, observa-se a permanência da sua validade até os dias atuais mesmo diante de especificidades que caracterizam as novas formas de comunicação dos grupos e movimentos sociais. Isso se deve ao fato de que os periódicos em questão traziam ideias contra hegemônicas que permanecem com esse objetivo até os dias de hoje. Infelizmente, apesar de algumas mudanças estruturais na condição de vida da mulher, seu “*status quo*” permanece o mesmo. Ainda somos severamente influenciadas pelos valores trazidos pelo sistema econômico vigente e sua estrutura patriarcal.

Além disso, vale a pena ressaltar que a ideia de mídia alternativa não traz apenas o aspecto de oposição política a um governo ou regime, mas também outras expressões – por vezes menos ofensivas ou combativas – de diferentes grupos sociais que buscam manifestar ideias, projetos e lutas por meio da comunicação. O que se mantém, contudo, é o significado que tais produções assumem na defesa da liberdade de expressão das minorias sociais e do direito de comunicar como parte das lutas pela cidadania (PERUZZO, 2004). Além disso, esses espaços se apresentam como possíveis para a educação dessas minorias, através de linguagens mais simples e acessíveis, além da possibilidade de trazer práticas reflexivas sobre seu cotidiano e vivências.

Para Grinberg, é alternativo todo meio que “implica uma opção frente ao discurso dominante” (1987,p. 18), de tal modo que o alternativo é possível através de diferentes meios e formas de comunicação:

Não propomos uma alternativa aos media como tais, mas enquanto instrumentos do poder; e, inversamente, o meio não é em si o alternativo (ou não o é necessariamente), mas o instrumento de uma opção promovida por um grupo de pessoas ou por um setor social. (1987, p. 19-20)

Assim, para a cartunista presente nas análises deste trabalho, Ciça, seu discurso é alternativo e surge de sua habilidade em elucidar mensagens, ilustradas, de discursos simples com concepções diferentes ou opostas às difundidas pelos meios dominantes vigentes na época de uma ditadura militar, apresentando uma diferença qualitativa em relação aos periódicos hegemônicos, os ditos “femininos”.

A partir desses referenciais, podemos considerar a mídia feminista alternativa e suas diferentes manifestações como veículo de diferentes propósitos que podem trazer determinadas práticas que contribuem com o processo de conquista do direito básico à cidadania, tal como é o processo educativo. Assim, perpassando uma lógica instrumental, a mídia ocupa um lugar central na resistência às múltiplas formas de estereotipar, alienar e oprimir as mulheres. Neste trabalho esta mídia em que se destaca o papel dos meios como instrumentos de articulação das lutas das mulheres.

Nesse sentido, ao apontar a insistência da desigualdade e da injustiça no ambiente doméstico através do humor gráfico feminista de Ciça, os periódicos responsáveis pela divulgação de suas tirinhas possibilitaram uma provocação para a opinião das leitoras via reconhecimento e identificação de uma situação vivenciada por todas. O humor gráfico feminista de Ciça, dentro dos periódicos e, pensando em uma prática educativa, teve papel fundamental na medida em que possibilita dois movimentos distintos e relacionados: evidencia e denuncia as fronteiras que procuram separar o privado do público e faz uso do humor, subversivo, gerador de desconforto, visando aparentemente visando a transformação do olhar e a atitude daquelas que as leem.

As observações de algumas tirinhas trazidas ao longo deste trabalho evidenciam o processo de construção de identidades de resistência e a luta pelos direitos das mulheres no campo dos espaços público e privado e indiretamente, permite reflexões sobre a sexualidade e a reprodução a partir das curtas narrativas que projetam o feminismo como prática política pública e privada. No entanto, por ainda ser discussões muito atuais, revela ainda que há resistências e uma carência de espaços informativos capazes de estabelecer a articulação no interior do movimento.

Aqui é importante considerar que os periódicos, jornais e revistas não possuem mais tanta visibilidade, a exemplo dos periódicos mencionados, mas não representa

necessariamente a falta de estratégias de mídia, mas um processo de migração para o digital; o *online*.

Atualmente, principalmente pelo contexto de pandemia, os movimentos sociais utilizam do digital, redes sociais, blogs, sites, *newsletters* e até novos conteúdos em formatos de áudio como *podcasts*, plataformas de áudio como o *Clubhouse* ou vídeo no Youtube. Trata-se, portanto, de um momento de transição das práticas de militância, que incorporam em suas lutas a visibilidade na mídia, em diversos formatos e suportes e que além disso, estão disponíveis a um número muito maior de pessoas, em tempo real e com maior frequência do que os periódicos mencionados ao longo deste trabalho.

No texto “Publicar é uma ação política”, Jacira Melo (2003) afirma que, para que as publicações feministas constituam uma ação política direta, e não apenas um instrumento de divulgação das organizações, é preciso investir mais na preparação dos textos, para que se adaptem às necessidades e interesses do público, na profissionalização do processo editorial, no planejamento da distribuição dos materiais, na avaliação da recepção dos produtos, entre outros aspectos. Portanto, diante das tirinhas apresentadas nos periódicos alternativos feministas neste trabalho, apesar de seus diferentes objetivos e abordagens, pode-se dizer que, a imprensa, como ferramenta da mídia constitui uma forma de resistência, um espaço educativo, que, através da reflexão e das discussões e debates integram as lutas pelo direitos das mulheres através de um instrumento de educação. É nesse sentido que se torna importante refletir sobre as produções midiáticas que marcaram a trajetória do movimento e projetar a necessidade de pensar a mídia alternativa como um espaço de educação, pensando também em mobilização, visibilidade e fortalecimento das demandas feministas.

### **Fontes**

Nós Mulheres. São Paulo. Número 1 ao 8, 1976-1978.

### **Referências Bibliográficas**

ALVAREZ, Sonia. “Politizando as relações de gênero e engendrando a democracia”. In: STEPAN, Alfred (Org) **Democratizando o Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 1988, p. 324.

ARAUJO, Maria Paula Nascimento. (2000) **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: Editora FGV

ÁVILA, Maria Betânia. **O tempo de trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão**. In.: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. *Gênero e trabalho no Brasil e na França*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 137-148.

BARSTED, Leila Linhares. “Comunicação: é falando que a gente se entende”. In: PROJETO MULHER. **Mulheres em Movimento**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero; Instituto de Ação Cultural, 1983. p. 13-16

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. v. 2. Tradução de Sérgio Milliet. - 5 ed - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BERGSON, Henri. **O riso** – Ensaio sobre o significado do cômico. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: educação como prática de liberdade**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

BIROLI, Flávia. **O público e o privado**. IN: *Feminismo e política*. MIGUEL, Luís Felipe. / BIROLI, Flávia. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

CAMPAGNOLLI, Antonio. Método VOGUE: **Corte e alta costura**. 19 ed. São Paulo: [s.n.], 1967.

CARDOSO, Elisabeth da P. (2004) **Imprensa feminista brasileira pós-1974**. São Paulo: Dissertação de mestrado defendida na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo.

CRESCÊNCIO, C. L. Uma feminista, Eva e um padre entram em um bar: religião e humor gráfico na imprensa do Brasil e da Argentina. In: **III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade**, 2018, Rio Grande. Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo,

Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade. Rio Grande: Ed. da FURG, 2018. v. 1. p. 1-9.

CRUZ, Heloísa de Faria. **São Paulo em papel e tinta**: periodismo e vida urbana – 1890-1915. São Paulo: Educ, 2000

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Christine. **O inimigo principal**: a economia política do patriarcado. Rev. Bras. Ciênc. Polít. [online]. 2015, n.17.

DE MASI, D. (Org.) (2001). **A economia do ócio**. Rio de Janeiro: Sextante.

DUARTE, Constância Lima. (1997). Nísia Floresta Brasileira Augusta: pioneira do feminismo brasileiro - século xix. **Revista Mulheres e Literatura**, 1; Disponível em: [http://www.lettras.ufrj.br/litcult/revista\\_mulheres/revista-mulheres\\_vol1.php?id=7](http://www.lettras.ufrj.br/litcult/revista_mulheres/revista-mulheres_vol1.php?id=7). Acesso em: 24/03/2021

EAGLETON, T. **Marxismo e crítica literária**. São Paulo: Unesp, 2011.

ECO, Umberto; IVANOVV, V.V e RECTOR, Monica. **Carnival!** Approachs to Semiotic. Berlin, DEU: Walter de Gruyter, 2011.

FABBRO, Márcia Regina Cangiani. **Mulher e Trabalho**: problematizando o trabalho acadêmico e a maternidade. 366f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

FONSECA, Rosa Maria Godoy Serpa. Equidade de Gênero e saúde das mulheres. **Revista Esc. Enferm. USP**, São Paulo, v. 39, n. 4, p. 450-459, 2005.

GALVÃO, Patrícia. **Parque industrial**. São Paulo: EDUFSCar, 1994.



GRINBERG, Máximo Simpson. **Comunicação alternativa**: dimensões, limites, possibilidades. In: GRINBERG, Máximo Simpson (Org.). A comunicação alternativa na América Latina. Petrópolis: Vozes, 1987

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniéle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Rio de Janeiro: Cad. Pesquisa. 2007. p. 595-609

LAFARGUE, P. (1999). **O direito à preguiça** (J. Teixeira Coelho Netto, trad.). São Paulo: Hucitec.

LIMA, Grácia Lopes. **Educação pelos meios de comunicação ou produção coletiva de comunicação na perspectiva da educomunicação**. São Paulo: Instituto Gens de Educação e Cultura, 2009. p 52.

LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

PERUZZO, Cicília M. Krohling. **Comunicação nos movimentos populares – a participação na construção da cidadania**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. **Mulheres educadas na colônia**. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). 500 anos de educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**; Petrópolis, Vozes, 1976.

SKINNER, Quentin. **Hobbes e a teoria clássica do riso**. São Leopoldo: Editora da Unisinos, 2002.

SCHWEBEL, Dominique. Trabalho doméstico. IN: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 256 - 261

SIMILI, Ivana Guilherme. **Educação e produção de moda na Segunda Guerra Mundial.**

Cadernos Pagu, n. 31, p. 439-469, jul./dez. 2008. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-83332008000200019](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000200019)>.

Acesso em: 05 maio 2014.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. In: **Artcultura**, Uberlândia, v. 9. n. 14. pp. 39-53, jan.-jun. 2007.

WALKER, Nancy A. **A very serious thing.** Women's humor and American culture. United States: American Culture, 1988, p. 80